

O PT CONTRA AS POLÍTICAS DE DIREITA NO BRASIL

Sarkis Alves, Vanessa Xavier Nadotti, Fábio Dantas Rocha (orgs.)

Entre 1980 e 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) combateu sistematicamente as políticas contrárias aos interesses da classe trabalhadora. Como partido de oposição aos governos José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, denunciou as constantes pressões às quais os trabalhadores foram submetidos política e economicamente, seja por meio de repressão aos movimentos sociais, como também pelas políticas econômicas recessivas e sucateamento dos serviços sociais básicos. Além disso, contribuiu para a organização e mobilização dos trabalhadores, da cidade e do campo, contra tais políticas e pela formulação de alternativas.

Durante o 3º Encontro Nacional do PT, em abril de 1984, encontrava-se entre suas teses políticas a defesa da necessidade de lutar contra a política econômica e pelo fim do Regime Militar. Neste contexto, se consolidava o entendimento de que a luta no âmbito econômico era uma luta política. As campanhas salariais dos anos 1980 evidenciam as pautas da classe trabalhadora: contra o aumento do custo de vida da população, o congelamento de salários, o desemprego, o aumento progressivo da dívida externa, a desvalorização da moeda e a inflação galopante, fenômenos relacionados aos planos Cruzado (1986), Bresser (1987) e Verão (1989), aplicados ao longo do governo Sarney. De acordo com a resolução do PT no 3º Encontro, as soluções propostas pelo governo para o enfrentamento da crise econômica vivida naqueles anos não recaíam “indistintamente [sobre] todos os setores da sociedade”, as medidas adotadas eram definidas em favor exclusivo das classes dominantes, do grande capital nacional e internacional, e do sistema financeiro. No final da década, em meio a grande mobilização popular no processo Constituinte, Perseu Abramo convocava, no Boletim Nacional de 25 de fevereiro de 1987, a “Mobilização popular pró-soberania da Constituinte para obrigar o governo a mudar a política econômica a fim de baixar preços e aumentar salários”.

Passados os primeiros meses após a eleição de Fernando Collor de Mello, avaliações realizadas pela Comissão Executiva Nacional e pelo Diretório Nacional do PT indicavam que a recessão se aprofundava. O Plano Collor resultava em “queda do nível de emprego, diminuição do consumo e arrocho salarial, criando um círculo vicioso que, somado ao sequestro da liquidez, desorganizou e paralisou parte do sistema produtivo”. Agravando ainda mais o quadro socioeconômico do país, o governo lançou, em 12 de abril de 1990, o Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo objetivo era reconfigurar o papel do Estado na economia, entregando à iniciativa privada atividades do setor público.

Já no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), também de cunho neoliberal, avança a política de privatizações, amplamente combatida pelo PT, juntamente com outros partidos e movimentos de esquerda. Na *Carta de Brasília*, lançada em abril de 1997 como resultado da Conferência Nacional em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, que reuniu centena de organizações sociais, enfatiza-se a necessidade de lutar contra as transformações no mundo do trabalho verificadas no

período, com o aumento do desemprego e a conseqüente redução dos direitos dos trabalhadores, acarretando agravamento da situação de pobreza e miséria de milhões de brasileiros. Em contrapartida, a repressão às organizações dos trabalhadores constitui uma tônica do período, evidenciada em eventos emblemáticos como o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, no qual a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marchando em protesto pela desapropriação de área ocupada na região norte do país, foi duramente reprimida resultando no assassinato de 19 trabalhadores.

Nas páginas que seguem reunimos textos publicados em dois órgãos nacionais informativos do PT, o *Boletim Nacional do PT*, que circulou de 1980 a 1994, e o *PT Notícias*, que vai de 1995 a 2000 – parte de nosso acervo em processo de digitalização –, que remontam ao histórico de lutas do PT e da classe trabalhadora contra as políticas opressivas dos sucessivos governos de direita e centro-direita eleitos no Brasil entre a abertura política e 2002. Constituem registros tanto da reação do PT diante da ascensão do neoliberalismo a partir da década de 1980, quanto das violentas respostas dadas pelo Estado e pelas forças conservadoras às ações de resistência do campo democrático e popular. Num momento de crise política que aponta para o fortalecimento da direita no país, rever a situação da classe trabalhadora neste período, bem como as alternativas defendidas pelo PT e pela esquerda, é tarefa fundamental.

a) LUTAR CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA E PELO FIM DO REGIME MILITAR

3º Encontro Nacional do PT¹

Nas condições de crise em que o Brasil vive, hoje, a luta econômica é cada vez mais uma luta de caráter político. Do ponto de vista dos trabalhadores, as saídas possíveis para a situação econômica atual passam, necessariamente, pelo fim do regime atual e pela conquista da democracia, que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país.

A crise, que não afeta indistintamente todos os setores da sociedade, vem sendo gerenciada para favorecer as classes dominantes, ou seja, o grande capital nacional e multinacional e o sistema financeiro. O capitalismo, que joga o peso da crise sobre o povo, só morrerá se for combatido pela luta política dos trabalhadores no rumo de uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

Nas condições brasileiras, a crise vem tendo pesadas consequências sobre os trabalhadores, mas ela também afeta, embora de maneira diferenciada, as classes médias, os pequenos proprietários e mesmo parcela da burguesia industrial, comercial e agrária. A administração que o grande capital vem dando à crise, através da atual política econômica, tem levado à falência muitas empresas, à elevação da capacidade ociosa das indústrias, à queda da produção, à inflação descontrolada, à alta desenfreada da taxa de juros, ao desemprego e ao arrocho dos salários.

Como medida urgente e indispensável para fazer frente a esses problemas, defendemos o rompimento imediato dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI)². É também indispensável e urgente a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, acompanhada por investigação profunda e análise responsável, caso a caso, com garantia da divulgação dos resultados aos trabalhadores e ao conjunto da população, para que, então, se possa decidir, soberanamente, sobre uma dívida que o povo não contraiu, e se possa chegar, assim, à punição judicial dos responsáveis pelas falcaturas, pela corrupção e pelo descalabro econômico a que o país está reduzido.

Tal quadro e tais propostas impõem a necessidade de fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores. Ao lado da organização partidária, é preciso ajudar o fortalecimento do movimento sindical e popular. Daí a necessidade de o PT usar todos os meios que contribuam para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)³, como expressão dos setores mais combativos e dinâmicos do movimento sindical; ao PT cabe contribuir para que a CUT se consolide e amplie suas bases o mais rapidamente possível, tomando iniciativas com vistas à realização da mais ampla unidade do movimento concreto dos trabalhadores. Aí estão, nas lutas sindicais de julho de 1983, os sinais de que o movimento dos trabalhadores se prepara para lutas de caráter cada vez mais amplo, que podem vir a desembocar na greve geral. É, pois, no rumo do reforço das organizações dos trabalhadores que devemos, nós do PT, lutar para enfrentar a crise.

Fonte: III Encontro Nacional do PT. Partido dos Trabalhadores. Resoluções de En-

contos e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

NOTAS

1. Realizado em São Bernardo do Campo (SP), durante os dias 06 a 08 de abril de 1984. (N.E.)
2. O Fundo Monetário Internacional foi criado em 1945 como um dos sustentáculos da reconstrução da ordem econômica internacional do pós-guerra. (N.E.)
3. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), confederação sindical de caráter nacional, foi fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), como resultado da reorganização do movimento sindical, pelos chamados sindicalistas autênticos, a partir das mobilizações que se iniciaram no final da década de 1970 nas principais zonas industriais do país. (N.E.)

b) O IMPERIALISMO EXISTE

Altino Dantas¹

No ABC, mais de 70 empresas médias e pequenas aceitaram a redução da jornada de trabalho e o reajuste trimestral. Mas as multinacionais decidiram quebrar o movimento operário para impor acordos plurianuais, compatíveis com seus contratos de exportação de longo prazo.

Além das violências rotineiras dos patrões contra os trabalhadores do ABC, este ano, as grandes empresas, principalmente as multinacionais, resolveram usar uma tática mais sofisticada: as demissões por justa causa, anunciadas aos poucos ao fim de cada dia de greve.

As demissões, todavia, não são novidade para os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. De 1978 a 1984 foram demitidos, em São Bernardo, 79.633 trabalhadores.

Demissões homologadas no sindicato

1978	15983
1979	13038
1980	10877
1981	16437
1982	4824
1983	9859
1984	8605
TOTAL	79633

Os dados que estamos dando se referem apenas às homologações realizadas no Sindicato. Se formos considerar as homologações realizadas na Delegacia do Trabalho e as demissões de trabalhadores com menos de um ano de firma (que não são sujeitas à obrigação legal de homologação), teremos esses números acrescidos de pelo menos 50%.

A categoria metalúrgica foi, portanto, totalmente renovada nesses anos. Em 1981 não houve greve e as demissões atingiram o seu maior índice.

Na realidade as demissões estão vinculadas a uma política dos empresários de diminuir os seus custos e com isso aumentar a lucratividade.

Fonte: Boletim Nacional do PT, n. 10, jun. 1985, p. 02. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Assessor de Luiz Inácio Lula da Silva na direção nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) à época, e diretor do departamento de jornalismo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. (N.E.)

c) A GREVE QUE PAROU O BRASIL

Rubens Lemos¹

No paraíso da especulação, a especulação parou. Parou a Bolsa. Parou a Cacex². Pararam os bancos. E avançou a unidade das classes trabalhadoras. Foi a primeira greve nacional de uma categoria de trabalhadores. A nacional dos bancários.

“Os banqueiros vão jogar ainda mais pesado com a gente. Por isso, é fundamental que vocês entendam uma coisa: não pode haver desânimo. A unidade do movimento é a nossa arma. Está claro, companheiros?” Trinta mil bancários aplaudiram, concordando, acotovelados na Praça da Sé. A voz de comando, forte e pausada, era de Luiz Gushiken, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo³ e um dos principais líderes da greve nacional da categoria que conseguiu parar o Brasil, em setembro último. Parou o país e ganhou. Os bancários obtiveram conquistas importantes através de um movimento sólido em escala nacional, enfrentando, com firmeza e muita organização, a intransigência do governo na Nova República e dos patrões.

O movimento mexeu com o país inteiro, mas alcançou êxito total: os bancários avançaram em conquistas no plano das reivindicações, deram uma lição de capacidade organizativa e de unidade, além de ganhar a simpatia da população e a solidariedade e apoio de um leque enorme de entidades, instituições e partidos políticos. Especialmente da CUT e do Partido dos Trabalhadores.

As lições de 1979

Luiz Gushiken faz um balanço da greve dos bancários, a partir de uma avaliação que volta a 1979, oportunidade em que a categoria sofreu uma dura derrota, e passa pelos recentes movimentos dos metalúrgicos, dos Correios e de Guariba: “Em 79, cometeu-se um erro grave, que foi a ausência de unidade dos bancários. A ponto de ocorrerem greves isoladas, ora em São Paulo, ora em Belo Horizonte. Não houve sintonia e o resultado foi a derrota.

Quanto às greves recentes, o que se constatou foi o isolamento que, combinado com uma certa ilusão das massas em relação à Nova República⁴, facilitava a repressão concentrada da polícia”.

Como superar

“Para superar esses dois problemas”, continua Gushiken, “precisávamos lutar pela união de todos os bancários na deflagração de lutas. Isto, a partir de um plano organizado em nível nacional, que exigia também traçar políticas, junto à população, no sentido de evitar o isolamento. Evidente que essa tarefa não é fácil, particularmente em se tratando da união de todos os sindicatos, tendo em vista as conhecidas divergências existentes no meio sindical. Mas nós tínhamos elementos a favor: a pressão da massa era forte o suficiente para obrigar inúmeros sindicatos a participar da luta, em cima de um plano estabelecido nacionalmente. E também contávamos com um argumento poderoso: o fato de a categoria ter o mesmo patrão em todo o país.”

Impulsionar a Unidade

À medida que vai falando, Luiz Gushiken se entusiasma. Percebe-se sempre a preocupação de enfatizar a importância da unidade: “Paralelamente a esse trabalho, e no sentido de impulsionar a unidade, estabelecemos um calendário pressupondo planejamento, organização e execução. Criamos o Departamento Nacional da CUT, que jogou um papel fundamental na articulação dos seus militantes e dirigentes. Os efeitos desse trabalho foram logo sentidos de forma muito positiva. Só para se ter uma ideia de um movimento organizado nacionalmente: no dia 28 de agosto, bancários do Brasil inteiro fizeram atividades, e, só em São Paulo, 30 mil bancários saíram às ruas. No Rio, 7 mil. Enfim, em todas as capitais e cidades do Interior houve movimentos simultâneos. Tal fato dava uma enorme confiança ao conjunto da categoria”.

E a confiança tomou conta dos bancários. Tanto assim que, três dias depois, em Campinas, no Encontro Nacional, a direção executiva, composta de 13 entidades (Confederação, cinco federações e mais sete sindicatos), por unanimidade, propôs a greve nacional dos bancários. Era, em resumo, a constatação de que a unidade poderia ser posta à prova. “É de se destacar que essa unidade não implicou a perda de identidade das correntes sindicais. A CUT, por exemplo, através do departamento dos bancários, distribuiu mais de 300 mil jornais, o que prova que é possível a unidade na luta sem perda da identidade das correntes”.

Romper o Isolamento

Outra preocupação dos bancários era o risco do isolamento. Um plano ofensivo foi posto em prática: “Com bastante antecedência, divulgamos à população a nossa luta. Conversamos com autoridades do governo em seus três níveis (Legislativo, Executivo e Judiciário), alertando sobre a possibilidade da greve, que iria acontecer em função da intransigência dos banqueiros. Essa política implicou não somente o planejamento previamente definido, mas também em gastos vultosos com cartazes, boletins, matéria paga à imprensa. Só para se ter uma ideia: colocamos mais de 130 mil cartazes em São Paulo. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em horário nobre, foi divulgado, durante três dias, um chamamento à greve dos bancários. Enfim, o sucesso da nossa greve se deveu ao atendimento de quatro condições: “mobilização, organização, unidade nacional e quebra do isolamento”.

Do Econômico ao Político

O que terá representado politicamente essa greve, dentro de uma conjuntura de Nova República? Que desdobramentos isso poderá ter? Perguntas que todos estão ainda fazendo. Luiz Gushiken responde: “Em primeiro lugar, através da luta econômica, os bancários se chocaram com obstáculos idênticos aos da Velha República⁵, como é o caso da decretação da ilegalidade da greve pelo Ministério do Trabalho e também a intransigência do governo no atendimento das reivindicações. O movimento conseguiu colocar na defensiva o governo e aqueles instrumentos citados. Vimos, então, um fato interessante: de um lado, a população alegre e solidária com o movimento grevista e, de outro lado, o patronato e o governo, loucos para brandir os velhos instrumentos de repressão.”

O PT e a greve

O Partido dos Trabalhadores foi sistematicamente jogado contra a opinião pública pelo governo Sarney, pelos banqueiros e pela imprensa burguesa. O PT era acusado de influenciar e tentar dirigir a greve. Gushiken tem uma posição sobre o assunto: “O PT agiu corretamente. Como partido das classes trabalhadoras ele assumiu uma postura clara de apoio total à nossa greve. E não poderia ser outra a posição. Em nenhum momento, é bom que se diga, o PT tentou dirigir a greve. Muito ao contrário, ele soube respeitar plenamente a autonomia do movimento. E eu considero o papel cumprido pelo PT como necessário e muito animador.”

O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo termina sua avaliação sobre os desdobramentos políticos da maior greve nacional ocorrida nos últimos 20 anos, destacando: “Ao terminar a greve, com sucesso total, gestou-se no povo brasileiro a ideia da conquista de espaços democráticos que só a classe trabalhadora é capaz de alcançar.”

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 13, set./out. 1985, p. 02. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. À época, membro do PT do Rio Grande do Norte, tendo sido o candidato petista a governador do estado em 1982. (N.E.)
2. Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) – foi criada em 1953 no governo Getúlio Vargas em substituição a antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Entre suas principais funções estavam o licenciamento de exportações e importações, o financiamento do comércio exterior brasileiro e a construção das estatísticas oficiais sobre exportações e importações. Embora nunca tenha sido oficialmente extinta, a Cacex deixou de funcionar no governo Collor a partir de 1990. (N.E.)
3. Luiz Gushiken (1950-2013) foi escriturário do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) desde 1970. Militou no grupo trotskista Liberdade e Luta (Libelu). Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, assim como da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Ocupou diversos cargos na diretoria do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, onde exerceu o cargo de presidente sindical por três gestões consecutivas (1985-1987). (N.E.)
4. “Nova República” foi a expressão criada à época para designar o governo escolhido em eleição indireta, que sucedeu a ditadura militar, em 15 de março de 1985. (N. E.)
5. Expressão utilizada para designar o período brasileiro entre a proclamação da República e o golpe de Estado de Getúlio Vargas. Tinha como uma de suas características a troca de favores políticos entre o presidente da República e os governadores dos estados, como forma de garantia de governabilidade. (N.E.)

d) PORQUE VOTAMOS CONTRA

*Deputada Irma Passoni (Líder do PT),
Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, Deputado Luís Dulci,
Deputado José Genoíno, Deputado Djalma Bom*

Porque congelou os preços pelo pico e o salário pela média; porque criou demissões em massa entre os bancários; porque não tabelou os juros e manteve o pagamento extorsivo da dívida externa. E porque era pegar ou largar, o decreto-lei não admite discussão. Os trabalhadores já estão cansados de autoritarismo.

Síntese do voto da bancada do PT contra o pacote:

Um decreto-lei só deixou ao PT duas possibilidades: rejeitá-lo ou aprová-lo em sua totalidade, sem poder corrigir as medidas tomadas – como no caso do seguro-desemprego limitado, a forma como foram contidos os salários e do alto patamar da escala móvel.

Agravando ainda mais a forma como os decretos-leis foram baixados, há o comportamento dos partidos da Aliança Democrática – o PMDB¹ e o PFL², que apoiam o governo no Congresso Nacional. Desde a leitura do decreto, buscaram impedir a convocação, na Comissão Mista, de dirigentes de entidades representativas que pudessem contribuir para que avaliássemos mais detidamente todos os aspectos das medidas adotadas.

A necessidade de uma avaliação aprofundada é inquestionável. É uma demonstração segura desta necessidade, as breves observações que apresentaremos a seguir.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, desde 1982, em nosso Programa Econômico, vimos defendendo sistematicamente o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, das tarifas de transportes coletivos e dos aluguéis, bem como a estabilidade monetária. Os demais preços seriam submetidos a tabelamentos.

O congelamento governamental de preços, de fato, eliminou uma certa especulação financeira, mas serviu para estimular outras.

As altas da bolsa de valores e do dólar no paralelo demonstram que a permanência da intermediação financeira em mãos privadas torna a especulação inevitável.

O resultado é a manutenção das taxas de juros em nível demasiado alto para assegurar almejada retomada dos investimentos produtivos.

O congelamento baixado pelo governo contém várias outras falhas, dentre elas destacamos – o tratamento diferenciado em relação ao capital e ao trabalho. Os preços incorporam toda inflação dos seis meses anteriores ao pacote. Reajustados dia a dia, os preços estavam, portanto, na maioria dos casos, no pico. Os salários, entretanto, tiveram apenas parte do seu desgaste corrigido, não tendo recuperado seu poder de compra.

Os salários estão sendo convertidos, de forma incorreta e subestimada, pela média dos últimos seis meses, sem ter assegurada a reposição salarial integral desse período, quando se verificaram as mais altas taxas inflacionárias da história do País...

Soma-se a isto a inaceitável proibição dos aumentos a título de reposição salarial, sob a pena de nulidade.

Ademais, o governo deveria ter assumido medidas que assegurassem a estabilidade dos trabalhadores. Não as apresentou. Como resultado disto, presenciámos uma onda de demissões injustas que estão atingindo, principalmente, os bancários e os comerciários.

Quanto ao seguro-desemprego proposto, saltam aos olhos suas falhas. O governo Sarney³ instituiu-o de maneira restritiva, sendo que uma parcela muito pequena de desempregados será beneficiada, enquanto a maioria permanecerá à margem do sistema. Além disso, o próprio valor do seguro-desemprego é irrisório... Tendo em vista as falhas contidas no decreto-lei 2.283, de 28 de fevereiro de 1986⁴, antes mesmo da decretação da segunda versão das medidas, o Partido dos Trabalhadores reuniu o seu Diretório Nacional, apresentando uma série de sugestões que poderiam ter sido incorporadas ao Plano de Estabilização Econômica do Governo. Vejamos algumas destas sugestões:

1. Revisão completa da política salarial embutida no decreto-lei: revisão que deveria ser debatida e negociada diretamente com o movimento sindical, especialmente, com as Centrais Sindicais. Promovendo, inclusive, a redução significativa do limite da escala móvel de modo a atender às reivindicações do movimento sindical.

2. Tabelamento das taxas de juros a níveis compatíveis com as necessidades da economia brasileira.

3. Suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa, exame aprofundado de cada caso, para averiguar as responsabilidades envolvidas e a legitimidade de cada empréstimo.

O tabelamento de juros representa uma das medidas que deveriam ter sido tomadas no combate à especulação financeira, o que o governo não enfrentou, também, o problema da dívida externa, uma fonte permanente de sangria de nossas riquezas. Só em 1986, o Brasil deve pagar cerca de 9 bilhões de dólares de juros, ou seja, pouco mais de um terço das divisas esperadas com as exportações.

O não enfrentamento da questão dos juros e da dívida externa poderá acarretar o comprometimento do futuro da nossa economia, tornando inviável qualquer plano de estabilização econômica.

Além disto, o PT tem sustentado que o sistema financeiro deve ser estatizado para garantir o encaminhamento da poupança nacional às atividades produtivas essenciais ao bem-estar da população trabalhadora. E as medidas tomadas pelo governo não vão neste sentido.

A forma governamental de combate à inflação procurou resguardar os interesses das classes dominantes, sem tocar no cerne da questão da distribuição da riqueza e nos aspectos estruturais da economia.

Em vista das circunstâncias que nos impedem de alterar os decretos-leis naquilo que discordamos, e já que, também, não podemos ter a liberdade de aprovar somente aqueles dispositivos com os quais concordamos, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nos posicionamos pela rejeição (do pacote).

E não será através de uma onda propagandística massiva com apelos psicológicos sob o slogan “tem que dar certo” que o Governo e seus prepostos irão conseguir ocultar o caráter de classe deste pacote e obter adesão dos cidadãos comprometidos com interesses dos trabalhadores deste País.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 18, mai. 1986, p. 04. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi criado em janeiro de 1980 para suceder ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar, extinto em 29 de novembro de 1979, quando o Congresso Nacional decidiu pelo fim do bipartidarismo vigente desde 1965, sob a ditadura militar. (N. E.)
2. Partido da Frente Liberal (PFL), criado em 24 de janeiro de 1985 por dissidentes do Partido Democrático Social (PDS). Em 28 de março de 2007 passou a se chamar Democratas (DEM). (N.E.)
3. José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1930) adotou legalmente o nome de José Sarney Costa em 1965. Advogado, professor e político. Deputado federal pelo Maranhão (1956-1957, 1959-1966), governador do Maranhão (1966-1970), senador pelo Maranhão (1971-1985), presidente da República (1985-1990), senador pelo Amapá (1991-2013). Candidato a vice-presidente pela Frente Liberal (embora estivesse filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para evitar manobras de impugnação da sua candidatura) na chapa com Tancredo Neves, a Aliança Democrática. Assumiu a presidência da República com a morte deste último. (N.E.)
4. Instituiu o Plano Cruzado, conjunto de medidas econômicas instituído pelo decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. As principais medidas contidas no Plano eram: congelamento de preços de bens e serviços nos níveis do dia 27/2/1986; congelamento do câmbio por um ano; criação de nova moeda, o cruzado (Cz\$), cujo valor correspondia a mil unidades de cruzeiro; congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses e do salário-mínimo em Cz\$ 804,00; criação de uma espécie de seguro-desemprego para aqueles que fossem dispensados sem justa causa ou em virtude do fechamento de empresas; os reajustes salariais passaram a ser realizados por um dispositivo chamado “gatilho salarial” ou “seguro-inflação”, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a inflação alcançasse 20%. Com o fracasso do Cruzado I, o Governo Sarney lançou em 21/11/1986 o Plano Cruzado II. (N.E.)

e) O PACOTE ECONÔMICO

4º Encontro Nacional¹

Ponto de Partida

1. As eleições para prefeito, em novembro de 1985, constituíram-se, paradoxalmente, no ponto de partida para a retomada de iniciativa política do governo Sarney, com a apresentação de um - aparente - plano ousado de reformas econômicas, que, momentânea e setorialmente, podem, inclusive, provocar consequências recessivas para a economia. Embora a validade e a eficácia das mudanças contidas no novo pacote econômico possam suscitar dúvidas, críticas e ceticismo, é incontestável que o governo conseguiu, mais uma vez, despertar esperanças em consideráveis parcelas da população.

2. Isso mostra que é necessário tomar cuidado com as análises apressadas e catastróficas, que concluem pelo esgotamento da capacidade da burguesia em resolver suas contradições e propor soluções, mesmo paliativas, para a superação da crise brasileira. A burguesia brasileira nunca se mostrou impotente para realizar manobras e encontrar saídas de compromisso, que adiassem a resolução dos problemas por vias radicais.

Objetivos Políticos do Pacote

3. Com o pacote econômico decretado em fevereiro de 1986, num momento em que se estreitavam os apoios sociais ao regime, o governo Sarney, mesmo sem eliminar as contradições internas na Aliança Democrática², abre condições para uma recomposição, tendo por base, inclusive, o endosso entusiástico dos reformistas. Os setores liberais do PMDB baixaram o tom de suas críticas ao governo e os setores progressistas passaram a temer um rompimento, que estava em marcha acelerada. E os moderados sentiram-se encorajados a reforçar seu apoio à Nova República, mesmo sentindo-se prejudicados na divisão dos cargos ministeriais.

4. Esse pacote tem como objetivo principal assegurar a continuidade da transição política conservadora, que se iniciou através da composição da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral³. Uma transição política para uma nova forma de dominação que não permita o avanço democrático ou concessões importantes para as classes trabalhadoras. Esse processo de transição conservadora estava ameaçado. Em primeiro lugar, porque a Aliança Democrática estava em processo de implosão, após a reforma ministerial imposta por Sarney. O PFL passou a controlar 2/3 do orçamento do país, os principais ministérios e garantiu a indicação de seis ex-governadores da Arena/PDS⁴ na nova equipe ministerial. O predomínio absoluto dos ex-colaboradores da ditadura militar e a perda de posições do PMDB acabou gerando uma crise política grave, com o afastamento político, do governo, de alguns setores e lideranças do PMDB, descontentes com a falta de cargos políticos e verbas num ano eleitoral. Em segundo lugar, o pacote pretendeu garantir algumas bases eleitorais para que os partidos da Aliança Democrática disputem as eleições em novembro para os governos dos estados e para a Constituinte. As últimas eleições para as prefeituras, em 1985, demonstram alterações nas tendências eleitorais. O PT obteve 11% dos votos e teve o maior crescimento eleitoral, 70% a mais de votos em relação às eleições de 1982, além de conquistar a prefeitura de Fortaleza e vencer em Goiânia. O PDT⁵ obteve 14% e conquistou mais uma capital.

O PMDB, apesar de continuar sendo o maior partido do ponto de vista eleitoral, teve uma queda de 45% para 33% dos votos nas grandes cidades. O PFL obteve 9,8% dos votos e está abaixo do PT. O PDS obteve apenas 5,5% e foi o grande derrotado nas eleições, e o PTB⁶ atingiu 16%, a partir, basicamente, da eleição de Jânio [Quadros]⁷ em São Paulo. Finalmente, o pacote tem como alvo principal o movimento operário e sindical. Quebrar a tendência ao ascenso das lutas operárias e sindicais e desarticular as conquistas que estavam sendo impostas pelas classes trabalhadoras, através das greves, é uma das preocupações mais importantes do pacote. Isso quer dizer que o pacote pretende impor o pacto social.

Trabalhadores contra o Pacote

1. O pacote representa uma tentativa de modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Mais precisamente, os desdobramentos deste pacote, no nível do processo de acumulação de capital, deverão favorecer o grande capital monopolista, concentrando e centralizando o capital e estimulando o processo de internacionalização da economia brasileira. De outro lado, o pacote pretende esquecer o passado em relação às perdas salariais, ao desemprego e à distribuição de renda. Tenta consolidar o padrão de distribuição de renda, portanto, o modelo de crescimento, como a base do atual processo de modernização conservadora do capitalismo brasileiro.

2. O pacote procura modificar o cenário da luta de classes, permitindo uma retomada de iniciativa política da classe dominante, gerando condições sociais, econômicas e políticas mais favoráveis ao processo de transição política conservadora, iniciada no Colégio Eleitoral. Não obstante, a realidade do país está longe dos desejos governamentais. Recentemente, praticamente toda a cidade de Criciúma (SC) encontrou-se paralisada; antes pararam os sapateiros de Franca (SP), portuários e ferroviários do Rio, metalúrgicos de Niterói, professores e funcionários do Distrito Federal, metalúrgicos de Porto Alegre e Canoas (RS) etc. Essas greves, todas contra o arrocho e o congelamento da miséria, mostram que os trabalhadores recusam, na prática, os planos do governo. Assim:

a) Em relação aos trabalhadores do campo, as iniciativas do governo, de importação de alimentos, de implantação regional da proposta de reforma agrária e política agrícola visando tornar os latifundiários “produtivos”, visam isolar as lutas pela reforma agrária, aumentar o desemprego nas regiões da agroindústria canavieira, fortalecer o sindicalismo pelego;

b) Em relação à classe operária, o congelamento de preços, por seu impacto popular, deverá ser a bandeira da política de enfrentamento dos patrões nas mesas de negociação;

c) Em relação aos bancários, além do pacote econômico, o governo pretende realizar uma reforma bancária, que provocará mais demissões na categoria. Nesse quadro, os 800 mil bancários do país terão que organizar a sua Campanha Salarial/86, intensificando, desde já, a luta contra as demissões. Nessa luta, ocupa lugar importante a denúncia e o combate ao boicote levado pelo grupo liderado pela Contec⁸, que é também da CGT⁹, que apoia o pacote e se oferece para administrar as demissões em massa, em conjunto com os banqueiros e com o governo; e que, nessa linha, acaba de desrespeitar a deliberação nacional de realizar o Encontro Nacional no Rio de Janeiro, transferido pela Contec para Fortaleza.

3. A luta salarial tenderá a se tornar mais difícil, e o isolamento, um risco. Dois comportamentos opostos explicam por que uma greve pode se isolar ou não. Na greve dos sapateiros de Franca, a CUT agiu explicando o sentido do movimento contra o pacote, de recusa do arrocho salarial, mostrando praticamente que os trabalhadores não aceitam “pagar o pato” em nome do congelamento de preços. Essa atuação foi radicalmente oposta à da CGT e da diretoria do Sindicato na greve dos metroviários de São Paulo. Depois de pressionadas pela base a entrar na luta, essas direções tentaram, a todo momento, falar que a greve não era contra o pacote, desviando seu rumo e tentando ocultar da população o real motivo da paralisação. Mas a ação dos petistas e da CUT nessa greve serviu para mostrar que a luta era realmente contra o pacote, impedindo maiores prejuízos para o movimento.

4. Essas variantes possíveis da aplicação do atual pacote econômico devem nos alertar para a necessidade de encontrar respostas adequadas, para levar as massas trabalhadoras a compreender que, em qualquer dos casos, a burguesia só está buscando solução para sua própria crise. Essas respostas têm que levar em conta que uma parte das massas voltou a acreditar nas promessas da burguesia, colocando-se, pois, sob sua hegemonia.

5. Isso, aliás, é decorrência da própria luta do movimento operário-sindical e popular, que ameaçava a burguesia de perder sua hegemonia sobre as grandes massas. Como é de praxe na luta entre o capital e o trabalho, a burguesia viu-se compelida a apresentar concessões a reivindicações concretas do movimento social e fazer com que este entrasse na defensiva. Houve, assim, uma troca no domínio da iniciativa. Antes a iniciativa estava com o movimento sindical, que forçava o governo a adotar a trimestralidade, a diminuição da jornada de trabalho, seguro-desemprego, congelamento etc. Ao apossar-se, mesmo de forma deturpada, de algumas dessas bandeiras, ainda por cima colorindo-as com um matiz pseudo-nacionalista, o governo Sarney procurou deter a iniciativa política e obrigar o movimento sindical e popular a reformular suas táticas de luta.

6. Esse processo faz parte da educação de luta dos trabalhadores, em especial de seus setores mais avançados. A disputa pela hegemonia sobre as grandes massas que ainda não despertaram para a vida política, ou que despertaram de forma incompleta, com vistas à conquista ou manutenção do poder político, é o eixo que atravessa as ações políticas. A perda momentânea de iniciativa, assim, se é preocupante, não quer dizer que a batalha esteja perdida, da mesma forma que a conquista parcial da iniciativa não significa que a batalha esteja ganha. Mas exige de nós uma postura crítica realista e a adoção das políticas correspondentes para neutralizar a política governamental e levar as massas, qualquer que seja o resultado das medidas adotadas, a compreenderem que, sob o capitalismo, elas continuarão sendo exploradas e oprimidas e que os problemas estruturais que as afligem continuarão existindo, enquanto persistir esse modo de produção.

7. Ao baixar o pacote, o governo Sarney procura ganhar, com isto, a legitimidade que não possui, como fruto que é do Colégio Eleitoral. O mandato Sarney continua tão ilegítimo quanto antes. O PT continuará desenvolvendo sua linha de oposição ao governo e lutando pelo seu fim o quanto antes possível. O PT mantém sua defesa das diretas para presidente.

8. As políticas para enfrentar as medidas da Nova República e para tirar as massas da hegemonia da burguesia fazem parte das tarefas do PT para a atual conjuntura, e serão vistas mais adiante neste documento.

Fonte: IV Encontro Nacional do PT. *Partido dos Trabalhadores*. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979 -2002. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

NOTAS

1. Realizado em São Paulo, SP, durante os dias 30 de maio a 1 de junho de 1986. (N.E.)
2. Coalizão formada em 1984 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS), lançou a chapa Tancredo Neves e José Sarney na disputa presidencial no colégio eleitoral em 15 de janeiro de 1985. (N.E.)
3. Referência a instituto criado pela ditadura pelo Ato Institucional 2, de 17 de outubro de 1965: além de extinguir os partidos políticos existentes antes do golpe de 1964, definiu o fim das eleições presidenciais diretas, as quais passaram a ser realizadas indiretamente pelo Congresso Nacional. Após a promulgação da Constituição de 1967, os militares mantiveram o processo indireto de escolha do presidente, mas criaram a figura do Colégio Eleitoral, que era composto pelos membros do Congresso Nacional e por delegados indicados pelas Assembleias Legislativas estaduais, cujo número era definido pela proporcionalidade dos eleitores de cada unidade da Federação. Em 1982, nova modificação foi introduzida: cada uma das assembleias estaduais passaria a indicar seis representantes, independentemente de critérios de proporcionalidade. (N. E.)
4. O Partido Democrático Social (PDS), foi fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo do regime militar, ocorrido em fins de novembro de 1979. (N.E.)
5. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi fundado em setembro de 1980 por grupo liderado por Leonel Brizola, pertencente ao antigo PTB. (N.E.)
6. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi fundado em maio de 1980 por grupo ligado a Ivete Vargas, que, com o fim do bipartidarismo, disputava com o grupo que fundou o PDT a herança do antigo PTB, criado por Getúlio Vargas em 1945. (N.E.)
7. Jânio da Silva Quadros (1917-1992), advogado e professor, presidente da República em 1961, eleito prefeito da cidade de São Paulo em 1985. (N.E.)
8. Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, fundada em julho de 1958. É uma associação sindical de trabalhadores que coordena as entidades sindicais dos bancários e securitários brasileiros. (N.E.)
9. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), surgiu a partir de setores mais antigos do sindicalismo ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8). Em 1981 foi realizada a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora que decidiu pela criação de uma Central Única dos Trabalhadores. No entanto, divergências entre o chamado “novo sindicalismo” e estes setores tradicionais produziram uma divisão, que resultou, respectivamente, de um lado, na CUT e, de outro, na Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em 1983. Em dia 21 de março de 1986 a Conclat transformou-se em Central Geral dos Trabalhadores. (N.E.)

f) A NOVA REPÚBLICA TRAIU A REFORMA AGRÁRIA

Wladimir Pomar¹

Com o dinheiro do empréstimo compulsório o governo vai ajudar o latifúndio a “maquiar” suas terras improdutivas. Eis aqui toda a história de mais esta farsa da Nova República.

A Reforma Agrária é uma necessidade para o Brasil. Existem mais de sete milhões de trabalhadores sem terra, outros dois a três milhões de pequenos proprietários com pouca terra - os minifundistas - e de três a cinco milhões de trabalhadores sem emprego ou subempregados nas cidades, ou seja, são ao todo cerca de 12 a 15 milhões de pessoas, mais ou menos um terço da população em condições de trabalhar, que não conseguem produzir ou produzem mal, porque não têm acesso a empregos ou a condições de trabalho. Isso sem contar três milhões de boias-frias que trabalham seis meses e ficam outros seis meses sem emprego.

Esse é um lado da moeda, o lado trágico da miséria de parte importante da população trabalhadora brasileira. Do outro lado, existem mais de 370 milhões de hectares de terras que pertencem a cem mil grandes proprietários - os latifundiários. Desses 370 milhões de hectares apenas 50 milhões são aproveitados para lavouras. Outros 150 milhões de hectares são aproveitados como pastagem, para um gado cuja carne não chega às mesas dos pobres. Os 170 milhões de hectares restantes não são aproveitados para nada a não ser para a especulação.

Se esses 170 milhões de hectares não aproveitados produtivamente e parte dos 150 milhões de hectares de pastagem fossem desapropriados e redistribuídos entre os trabalhadores sem terra e entre os pequenos proprietários com pouca terra, isso seria uma Reforma Agrária parcial, porque ainda continuariam existindo grandes proprietários rurais. Mas seria um passo importante para resolver alguns dos problemas sérios da sociedade brasileira.

Essa Reforma Agrária, mesmo parcial, tornaria proprietários pelo menos 9 a 10 milhões de trabalhadores rurais. Introduziria uma certa democratização na propriedade rural, coisa que nunca existiu no Brasil. Essa democratização eliminaria o sistema de exploração pela renda, utilizado pelos latifundiários para explorar os sem-terra. A posse da terra pelos trabalhadores, combinada com o fim da exploração pela renda, permitiria aos pequenos lavradores serem donos do que produzissem, estimulando-os a produzirem mais alimentos e outros produtos agrícolas.

Essa elevação da produção seria tanto maior quanto mais extenso fosse o auxílio em assistência técnica, crédito e garantia de preço. Além disso, melhoraria as condições do abastecimento e garantiria preços estáveis ao consumidor. Mais importante ainda: diminuiria o êxodo rural e criaria maiores opções de emprego.

O Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado em 27 de maio de 1985, tinha como propósito realizar essa Reforma Agrária parcial. Não iria liquidar com as grandes propriedades nem com o capitalismo. Somente diminuiria o tamanho dos latifúndios e democratizaria um pouco a propriedade territorial. Os latifundiários colocaram-se frontalmente contra o plano. Os pecuaristas e outros grandes proprietários passaram a se organizar para impedir a realização dessa Reforma Agrária,

mesmo parcial. Surgiu a União Democrática Ruralista (UDR)², principal responsável pelo aumento da violência no campo a partir de então.

Enquanto o número de assassinatos de trabalhadores rurais em 1984 foi de 123, em 1985 esse número subiu para 222 e até maio de 1986 chegara a 2.219. E o governo recuou. Rendeu-se a um punhado de grandes proprietários, com poder econômico, abandonando milhões de trabalhadores que simplesmente reclamam o direito ao trabalho e aos frutos desse trabalho.

Hoje, o Plano de Reforma Agrária do governo só tem fins propagandísticos. E só está realizando desapropriações de latifúndios onde a luta dos trabalhadores sem terra ou posseiros é mais intensa. Com a desapropriação, as esperanças renascem e os ânimos se acalmam. Mesmo porque não tem faltado paciência aos trabalhadores, sempre prontos a esperar que a justiça decrete a imissão da posse.

Acontece que a justiça é demorada e muitas vezes não aceita a desapropriação. Mas aí o movimento pela terra já está desarticulado. E quando a desapropriação se concretiza, o processo de assentamento é vagaroso e o governo não dá assistência nem crédito. Tudo é feito para desmoralizar a capacidade dos trabalhadores de cuidar de sua própria terra.

A violência dos latifundiários contra os trabalhadores e as táticas desmoralizadoras completam-se com o incentivo para que os latifundiários façam a “maquiagem” de suas terras, por meio de capim ralo e gado esparso. Os grandes proprietários são estimulados a empregar nas suas terras o dinheiro que jogavam na especulação financeira. E agora, com o Plano Agrícola, o governo vai gastar quase cem bilhões de cruzados para financiar novo processo de “modernização” das grandes propriedades.

Assim, como a intenção declarada do governo é desapropriar somente a parte não “produtiva” das propriedades, dentro de pouco tempo não haverá mais terras para desapropriar neste Brasil de tantas terras. Todos os latifúndios serão “produtivos”. A Reforma Agrária que a Nova República prometeu, mesmo parcial, não passará de um incidente desagradável, criado por uma centena de técnicos que acreditaram nas boas intenções do governo.

Em seu lugar o Brasil assistirá a um novo processo de expulsão de pequenos arrendatários, parceiros e pequenos proprietários com o conseqüente engrossamento das favelas e das camadas marginalizadas das grandes cidades.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 21, ago. 1986, p. 04. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. No período, membro da executiva nacional do PT responsável pela Secretaria Nacional de Formação Política, além da coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. (N.E.)

2. A União Democrática Ruralista (UDR), foi criada em 1985 por grandes proprietários de terra com o propósito de defender a propriedade privada e como símbolo da radicalização do patronato rural contra a política de terras conduzida pelo governo federal, entre os anos 1985 e 1990. (N. E.)

h) OS RICOS QUE PAGUEM A CRISE

*Um programa viável para enfrentar a crise,
sem sacrificar o bolso do povo.*

O Partido dos Trabalhadores propõe a todas as forças democráticas e populares de nosso país um conjunto de medidas de emergência capazes de tirá-lo da crise em que se encontra e abrir caminho para o desenvolvimento e a democracia:

1. Revogação imediata dos decretos que estabelecem a atual política econômica.
2. Suspensão imediata do pagamento da dívida externa. Instauração simultânea de auditoria pública para verificação da sua origem.

3. Congelamento efetivo dos preços, em especial dos gêneros de primeira necessidade. Aplicação da Lei Delegada n.º 4¹, confiscando os estoques dos especuladores. Participação das entidades sindicais e populares na fiscalização dos custos de produção das empresas comerciais, agrícolas e industriais. Intervenção do Estado na estrutura de comercialização e abastecimento.

4. Reforma tributária que eleve substancialmente o imposto de renda sobre os 5% mais ricos da população. Redução dos impostos indiretos. Aumento de carga tributária sobre os ganhos de capital e as grandes heranças. Benefícios reais para os pequenos produtores rurais e urbanos. Diminuição dos impostos que recaem sobre os assalariados. Medidas urgentes que ampliem a receita dos estados e municípios.

5. Estatização do sistema bancário e financeiro. Mudança radical do perfil da dívida interna, liquidando com a especulação financeira. Aplicar os recursos resultantes em investimentos produtivos e sociais, que garantam um crescimento estável e a melhoria das condições de vida do povo.

6. Aumento real dos salários. Recuperação do salário-mínimo. Reposição das perdas salariais dos anos de ditadura. Escala-móvel sem descontos e com reajuste automático a cada 5% de inflação. Estabilidade no emprego. Jornada semanal de 40 horas.

7. Realização efetiva da reforma agrária. Adoção de uma política de crédito, assistência técnica e preços justos para os pequenos e médios lavradores, que garanta a elevação da produção de alimentos.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, Edição Extra, dez. 1986, p. 04. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Lei Delegada n.º 4, de 26 de Setembro de 1962, estabelecia a intervenção, por parte do Estado, no domínio econômico, para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. Também tinha por objetivo assegurar o suprimento dos bens necessários às atividades agropecuárias, da pesca e indústria do país. (N.E.)

h) MOBILIZAÇÃO CONTRA OS RESPONSÁVEIS PELA CRISE

Perseu Abramo¹

Mobilização popular pró soberania da Constituinte para obrigar o governo a mudar a política econômica a fim de baixar preços e aumentar salários. É essa a essência da proposta do PT na crise atual. No bojo da campanha, de em ser disseminados pelo país os Comitês Constituintes Populares (por setor, categoria etc.) e os Conselhos Municipais Constituintes (por área geográfica, congregando os Comitês). No desenvolvimento da luta, não se descarta a perspectiva de mudanças políticas e institucionais mais profundas.

Fruto de debates das últimas reuniões do Diretório Nacional, a proposta tomou forma na Comissão Executiva Nacional, reunida a 13 de fevereiro, em Brasília. E a direção nacional quer todos os filiados, núcleos de base, Diretórios Municipais e Regionais empenhados nessa luta.

Para ter força, a campanha deve integrar setores representativos de toda a população, sindicatos e centrais, entidades do movimento popular, parlamentares e partidos, áreas progressistas das Igrejas, órgãos como a CNBB², a OAB³ etc.

Os petistas, porém, devem assumir um papel fundamental nessas articulações. Nesse sentido, dirigentes do PT já vêm procurando outras forças para se chegar a um plano consensual de campanha.

Plano de Emergência

A necessidade da campanha justifica-se pela análise da situação econômica e social, que é crítica. O governo defende os grandes grupos financeiros e os especuladores, e adota medidas contrárias aos trabalhadores e pequenos produtores. Junto com empresários e latifundiários, impede a Constituinte de assumir sua soberania e cerceia a participação popular na feitura da Constituição; fala em pacto social mas joga sobre os trabalhadores mais repressão.

O Planalto procura dar a impressão de que consulta a sociedade, mas faz novas ameaças com pacotes, choques e decretos-lei, em benefício de banqueiros e grandes empresários. E a situação real da grande maioria da população é cada vez pior: ágio, carestia, inflação, escassez, arrocho salarial, desemprego, recessão.

Por isso o PT, ao mesmo tempo em que prossegue sua luta por mudanças mais profundas – reforma agrária, urbana e tributária, estatização do sistema bancário e financeiro etc. – propõe a luta por um Plano de Emergência, sintetizado nos seguintes pontos:

1. Tabelação de preços, com custos e lucros sob rigoroso controle, do qual participem comissões de fábrica, sindicatos e entidades populares, e punição de infratores e especuladores.

2. Suspensão imediata do pagamento da dívida externa, com auditoria e verificação caso a caso, por um Tribunal Nacional, que em seis meses deverá concluir seus trabalhos.

3. Elevação imediata do **salário-mínimo** para um valor compatível com as necessidades do indivíduo; criação de um **salário-família** correspondente a 25% do SM, por dependente; aumento dos demais salários de acordo com a taxa inflacionária real.

4. Imposto único progressivo sobre o patrimônio dos 5% mais ricos da população, para financiar o salário-família, o salário-desemprego e a construção de moradias de baixo custo, bem como aliviar o peso da dívida interna e financeira.

5. Tabela de aluguéis para defesa dos inquilinos, bem como dos que têm um só imóvel como única fonte de renda; punição contra os que especulam com imóveis.

6. Política agrícola que garanta preço justo e financiamento barato para pequenos produtores de gêneros essenciais.

7. Exercício, pela Constituinte, de soberania e poderes para adotar um Plano de Emergência e elaborar nova política econômica.

A imediata mobilização dos diretórios, núcleos e filiados do PT para articular outras forças populares e jogar a campanha nas ruas é condição indispensável para o êxito dessas e de outras medidas urgentes e necessárias.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 25, fev. 1987, p. 13. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Perseu Abramo, professor, sociólogo e jornalista, à época membro da Comissão Executiva Nacional do PT (CEN). (N.E.)

2. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é um organismo permanente que reúne os bispos católicos do Brasil, fundado em 14 de outubro de 1952. (N.E.)

3. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 1930, voltada à defesa das prerrogativas dos advogados e ao aperfeiçoamento da ordem jurídica do país. (N.E.)

i) SARNEY DÁ O GOLPE DO FICO

Bernardo Kucinski¹

O golpe branco já entra em marcha chefiado pelo próprio presidente Sarney. A crise é profunda e vai se prolongar. No horizonte mais distante, tudo é possível, inclusive a remoção antecipada do próprio Sarney.

A crise avança com velocidade surpreendente e já se pensa no que até há pouco tempo era impensável - um golpe. Por isso, é preciso responder rápido: que tipo de crise é esta? Em que estágio se encontra? Qual seu mais provável desenlace?

Começando pela natureza da crise, podemos distinguir três tipos de fatores. Em primeiro lugar os fatores econômicos, determinados predominantemente pela dívida externa, que consome um quarto de toda a capacidade nacional de poupar. O fardo cada vez maior da dívida derruba o argumento de que a crise é essencialmente política. A crise é essencialmente econômica - impulsionada pela dinâmica do endividamento, que por sua vez nasceu no bojo de uma crise generalizada do capitalismo, de grande profundidade e duração. Trata-se, portanto, de uma crise prolongada, da qual estamos vivendo apenas um entre muitos momentos. Uma crise de grande potencial transformador. Pode-se dizer que, pela severidade de suas contradições, esta crise supera em muito o potencial político da que levou ao golpe de 1964.

A segunda componente da crise é a social, hoje medida pelo acúmulo de carências: falta generalizada de moradias, colapso do transporte nas grandes cidades e dos serviços públicos, deterioração das condições sanitárias em todo o país, redução de metade da população ao estado de penúria permanente. Considerando que ainda não se esgotou o processo de êxodo do campo para a cidade, e que começa a se generalizar a automação industrial, as carências da população urbana só podem se agravar. São precisos 1,4 milhão de novos empregos por ano, apenas para que o desemprego não aumente. Isso implica em crescimento do PIB não inferior a 7% ao ano. Somente um movimento social organizado pode transformar a miséria social em fator político, impondo limites ao que a burguesia pode fazer para servir a dívida.

Finalmente, temos o componente político-institucional da crise, que é hoje de origem essencialmente subjetiva: a recusa do presidente a submeter-se ao PMDB. O país possui, ao contrário dos idos de 1964, uma clara hegemonia política, a do PMDB. Um partido grande demais para ser homogêneo, mas que ainda se encontra numa fase de afirmação e de consolidação do poder, que facilita a acomodação dos conflitos entre seus vários grupos.

A recusa de Sarney em aceitar os resultados das eleições gerais de novembro passado, teimando em manter no governo ministros derrotados nas urnas, marca o início da crise institucional. Sarney repete Goulart², que passou três anos alimentando a crise do parlamentarismo para provar que o parlamentarismo não prestava, apressando assim sua própria queda, em meio ao caos inflacionário. Sarney alimenta deliberadamente a crise institucional, na esperança de impor a solução da “unidade nacional” ou “suprapartidária”. Procurou forças extrapartidárias, e numa trajetória claramente golpista, fez um acordo de mútua sustentação com o general Geisel³, que é ainda quem manda no Exército, único chefe militar em condições de ordenar um golpe.

Chegamos à terceira questão: em que estágio se encontra esta crise? No campo econômico atingimos a etapa do caos inflacionário, e de uma devastadora bancarrota dos estados e municípios, destruindo os sonhos de ascensão política dos governadores peemedebistas recém-eleitos. A renda dos estados e municípios mal cobre as folhas de pagamento. Em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, o serviço da dívida equivale ao dobro da própria folha de pagamento. A revolta do servidor público se alastra por todo o país. O governo permitiu a rolagem de 3,5 bilhões de dólares de dívidas estaduais. Está em risco a consolidação da hegemonia do PMDB, que nas eleições municipais do ano que vem pode perder espaços em vez de ampliá-los. O presidente Sarney usa a clara insatisfação dos governadores para tentar rachar o PMDB, acenando com favores para alguns em detrimento de outros, e jogando com o fato de que aos governadores interessa que o mandato de Sarney seja longo, para sua sucessão coincidir com o fim de seus próprios mandatos.

Uma tentativa desesperada de ganhar tempo

A crise também se complica devido ao grande retrocesso que representou a saída de Funaro⁴ e a entrada de Bresser Pereira⁵. Por que retrocesso? Porque Funaro privilegiava o tratamento de choque da dívida – um primeiro passo em direção ao estancamento da sangria financeira, por sua vez o único remédio para o câncer econômico que move a crise. Começava a obter os primeiros frutos, rachando o cartel dos bancos credores, quando foi derrubado. Bresser Pereira tem a concepção antiga de que “ajuste econômico” significa obter os saldos comerciais necessários para pagar a dívida. É o caminho certo para o agravamento ainda maior dos problemas políticos e sociais. Ainda mais que pela primeira vez em muitos anos começam a subir de novo os juros flutuantes da dívida, hoje em 8% ao ano, depois de ficar durante muito tempo em 6%, e os preços do petróleo, hoje em US\$ 19 o barril, depois de ter caído a US\$ 14. Somente esses dois custos elevarão o confisco de renda este ano em quase US\$ 3 bilhões.

A aceleração da crise pode ser medida pelo ritmo da inflação. Com a hiperinflação torna-se urgente uma cirurgia econômica, o que automaticamente abre a hipótese da cirurgia política – o golpe. Mas qual o grau de probabilidade do golpe? No sentido do golpe clássico a probabilidade é quase zero. Mas o golpe branco, dado com o presidente, não contra o presidente já começou com o “fico até 1990”. O acordo Sarney-Geisel é um compromisso de resistência das Forças Armadas a eventuais tentativas do Congresso de pôr fim ao mandato de Sarney, especialmente se isso se der num contexto de ruptura da chamada “transição negociada”. Por isso o PMDB hesita, tentando ganhar tempo.

Em segundo lugar, Sarney já militarizou seu estilo de governo. O general-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, e o general chefe da Casa Militar, Bayma Denis, assumem o comando do Palácio em todos os momentos de crise. O recurso à força militar, como as ocupações de portos e siderúrgicas, já se incorporou à paisagem, e hoje cada comandante de região tem carta branca para movimentar tropas em face de greves ou outras situações, o que no regime militar dependiam de ordem superior.

No campo da direita civil há uma clara estratégia de se preservar, não se identificar com a política desgastante do PMDB (apesar de também infiltrada no PMDB)

e ocupar posições para uma contraofensiva tão logo as condições estejam maduras. Essa direita usa hoje o discurso do antiautoritarismo, contra o “mandonismo do Estado”, ou a “voracidade do Leão”, de grande apelo ao conjunto da população, pois é fato real que a tecnocracia tornou-se um fim em si mesmo e hoje absorve grande parte dos já diminuídos gastos públicos. Essa direita está conseguindo mobilizar grandes setores da pequena burguesia urbana, e ao mesmo tempo afiar sua espada ideológica. Afif Domingues [sic]⁶, o homem da microempresa, é o líder natural dessa contrarrevolução. Por trás dele está o Delfim Netto⁷ das grandes empresas. Por fora, corre Ronaldo Caiado que errou na dose e por isso se deixou caracterizar como extremista, mas que já conseguiu mobilizar pequenos agricultores e se juntará à direita bem comportada, quando se apresentar a oportunidade da contrarrevolução.

A articulação de direita, no entanto, está capenga e essa é uma das garantias, hoje, contra um golpe clássico - a garantia maior é a própria autonomia e vigilância do movimento popular que tem no PT hoje sua melhor expressão política. O pé que está faltando à direita é o capital estrangeiro. Não o capital financeiro, que faria tudo para receber os seus juros. Mas o capital industrial que, com sua presença física no país, possui alguma capacidade de articulação política local.

Esse capital em primeiro lugar, riscou o Brasil do seu mapa de prioridades pelos próximos cinco anos pelo menos e, portanto, carece hoje de motivação política para conspirar. Além disso, o capital estrangeiro hoje teme seu antigo aliado, aquele que seria seu instrumento ideal: as Forças Armadas. O diagnóstico do capital estrangeiro sobre a atual crise brasileira é de que ela vai se agravar e que poderá até desembocar numa explosão nacionalista do tipo nasserista. Temem que um próximo golpe militar seja nacionalista. E preferem não arriscar.

A continuação lógica desse enredo é a capitulação de Sarney e a consolidação do poder peemedebista. Daí a importância de incidentes como a fraude da ferrovia Norte-Sul, que Sarney tentou centralizar com o “fíco”. No bojo de um desses escândalos, Sarney poderá ser removido. Seriam adotadas então políticas populistas, satisfazendo em parte as demandas dos governadores por uma reforma tributária e resistindo parcialmente à pressão dos banqueiros internacionais. A política que Funaro queria implantar mas que não conseguiu por incompetência e porque não estava resolvida a questão de hegemonia peemedebista. Uma etapa necessária, mas que seria apenas mais um estágio da crise.

Ao colocar o pagamento da dívida como prioritário e a recessão como necessária, Bresser Pereira parece colocar-se em oposição a esse desenlace. O que mostra toda a ilógica da própria lógica da crise.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 28, jun. 1987, p. 02-03. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Bernardo Kucinski (1937), jornalista, escritor e cientista político, colaborou nesta edição do *Boletim Nacional do PT*. (N.E.)
2. João Belchior Marques Goulart (1919-1976) - Jango - foi advogado e político. Vice-presidente de Jânio Quadros, tomou posse da presidência após a renúncia deste em 1961, governando o país até o golpe civil-militar de 1964. (N.E.)

3. Ernesto Geisel (1907-1996), militar, exerceu o cargo de Comandante militar de Brasília (1961), de chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1961 e 1964-1967), de ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969), de presidente da Petrobrás (1969-1973) e de presidente da República (1974-1979). (N.E.)
4. Dilson Domingos Funaro (1933-1989) exerceu o cargo de presidente do BNDES e de ministro da Fazenda do Brasil durante o governo José Sarney, (1985-1987). Foi um dos responsáveis pela criação do Plano Cruzado. (N.E.)
5. Luiz Carlos Bresser-Pereira (1934) é economista, cientista político e formado em direito. Exerceu o cargo de ministro da Fazenda do Brasil (1987), durante o governo José Sarney. (N.E.)
6. Guilherme Afif Domingos (1943), então deputado constituinte pelo Partido Liberal (PL), tendo, posteriormente, aderido ao Partido da Frente Liberal (PFL), e atualmente filiado ao Partido Social Democrático. (PSD) (N.E.)
7. Antônio Delfim Netto (1928). Economista. Durante a ditadura militar foi ministro da Fazenda, de 1967 a 1974, embaixador do Brasil na França, de 1975 a 1978, ministro da Agricultura em 1979 e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1979 as 1985. Foi deputado federal por São Paulo de 1987 a 2006. (N.E.)

j) REPÚDIO AO PACOTE SARNEY-BRESSER

Síntese da nota da Comissão Executiva Nacional

O Partido dos Trabalhadores manifesta seu total repúdio ao último pacote econômico do governo, o Pacote Sarney-Bresser¹.

Com esse pacote, o governo Sarney se enquadra no receituário do FMI e atende aos interesses dos credores internacionais. Restringe o consumo interno a fim de premiar os exportadores, para obter divisas que serão utilizadas no pagamento do serviço da dívida externa. A obtenção de dinheiro novo no exterior só fará crescer ainda mais o endividamento externo.

O pacote aumenta a receita pública, mas o faz por meio da alta escorchantes de tarifas – água, luz, gás, telefones, combustíveis, transportes – o que irá prejudicar ainda mais os assalariados. Alastra para quase todos os setores da produção a recessão que já vinha se observando em muitos deles. Com isso, provoca mais desemprego, reduz a massa salarial e gera recessão maior ainda.

O efeito principal do Pacote Sarney-Bresser é no mínimo manter a recessão e seu mecanismo fundamental é o brutal arrocho salarial, um dos maiores da história do Brasil. Não há retórica palaciana capaz de desmentir os fatos: os salários foram congelados pelo governo depois de um longo período de alta desenfreada dos preços. Até o gatilho do último mês, um direito adquirido dos assalariados, foi revogado pelo pacote. Já por si, o gatilho de 20% constituía uma perda de salário real diante da inflação de quase 30%. Com seu fim, a queda de poder aquisitivo vai ser maior ainda, e vai afetar praticamente todos os trabalhadores.

O povo quer, e sempre quis, um congelamento de verdade. Mas, nesse tipo de congelamento que o Pacote Sarney-Bresser prega, ninguém mais acredita.

O Partido dos Trabalhadores, portanto, declara seu apoio às lutas parciais e globais que a população já está travando ou organizando na defesa de seus salários e condições de vida, e no combate à carestia. O PT chama particularmente a atenção sobre a necessidade de não ceder ao roubo dos reajustes relativos à inflação de junho, de aumentar imediatamente os pisos salariais, de resistir ao desemprego em massa, bem como de não fazer qualquer concessão a aumentos de preços de mercadorias e de tarifas para com isso reduzir minimamente os efeitos do arrocho salarial.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 29, jul. 1987, p. 09. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Plano Bresser é o nome pelo qual passou a ser conhecido um conjunto de medidas econômicas sancionadas pelos Decretos-Lei nº 2.335, 2.336 e 2.337 de 12, 15 e 18 de junho de 1987, respectivamente. Foi elaborado por Luís Carlos Bresser-Pereira, então ministro da Fazenda, com o objetivo de conter a inflação. Os planos econômicos realizados durante o governo Sarney (1985-1990), foram o Plano Cruzado (1986), Bresser (1987) e Plano Verão (1989). (N.E.)

k) LATIFÚNDIO VENCE NA CONSTITUINTE

A decisão do Congresso desobrigando a grande propriedade de terra de cumprir sua função social impõe mais desafios à luta pela reforma agrária no Brasil. Hamilton Pereira (Pedro Tierra), secretário Agrário Nacional.

Vestido pela armadura da “propriedade produtiva”, o latifúndio foi posto acima da Constituição. O resultado da votação de 10 de maio de 1988 desobriga a grande propriedade fundiária de cumprir sua função social: ela é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária em qualquer circunstância. Tal resultado, que legaliza o privilégio de casta dos latifundiários, ao mesmo tempo que nega o direito de cidadania aos trabalhadores rurais, foi obtido por meios escusos, manobras regimentais, falsificação de assinaturas de parlamentares, com a conivência do presidente da mesa, deputado Ulysses Guimarães¹.

A votação de 10 de maio estabelece um novo patamar na luta pela reforma agrária no Brasil. E propõe um movimento sindical e popular no campo – e ao conjunto da sociedade brasileira – desafios urgentes.

Mais de um milhão de brasileiros estiveram envolvidos em conflitos no campo nos últimos 12 meses. Entre eles, mais de 800 mil disputaram a posse da terra em pequenos ou grandes conflitos dispersos por todo o país. Essa dispersão das lutas no campo tem sido historicamente e sua condenação. Ela impede que essas lutas se traduzam em expressão política e pesem de forma eficaz no confronto das classes; as exceções a esta regra são raríssimas.

Vencer o isolamento

O desafio é claro: unificar uma proposta de luta pela reforma agrária que contemple todo o campo popular para superar, ainda que de forma limitada, esse isolamento e acumular a energia necessária para enfrentar o novo latifúndio, cuja expressão política na sociedade é a UDR. Por outra parte, enfrentar a política anti-reforma agrária do governo Sarney, que converteu o Mirad em balcão de negócios e, por meio do Ministério da Agricultura, estabeleceu uma política agrícola de destruição acelerada da pequena propriedade.

Tendo claro que vamos travar uma luta pela reforma agrária a partir de agora em condições mais difíceis que durante o regime militar – o que exige uma política de acúmulo de forças –, coloca-se o desafio de articular as lutas dos pequenos produtores. Devemos propor para os pequenos produtores – particularmente no Sul, onde se encontram asfixiados pelos juros bancários e com suas propriedades sendo levadas a leilão – uma política agrícola diferenciada, com as exigências imediatas de desapropriação de terras para atender as 15 mil famílias acampadas em todo o país.

Dia de denúncia

Combinar essas lutas de massas com a denúncia do texto da nova Constituição é tarefa imediata. Cumpriremos desse modo um passo indispensável no sentido de desvendar, junto com os trabalhadores, os liames políticos que conduziram ao retrocesso de 10 de maio.

O 25 de julho de 1988, Dia do Trabalhador Rural, será o dia nacional de denúncia da nova Constituição. Os trabalhadores rurais, que recolheram mais de 1,2 milhão de assinaturas em apoio à emenda popular da reforma agrária, que participaram de todo o processo constituinte nas subcomissões e comissões temáticas, que realizaram a mais numerosa e mais bem organizada manifestação de massa dos setores populares com as caravanas de outubro de 1987, têm toda a autoridade para denunciar a ilegitimidade do texto constitucional. E denunciar um a um todos os parlamentares que se renderam às pressões da UDR ou à sedução dos seus cofres. Esses senhores serão denunciados como inimigos da reforma agrária, inimigos da democracia.

Somando os esforços de todo o campo popular, teremos condições de fazer chegar à sociedade brasileira a decisão de homens e mulheres que produzem os alimentos desse país, de não acatar uma Constituição escrita às suas costas. A sociedade brasileira saberá que a luta contra a miséria, a luta contra a fome, a luta pelo direito dos trabalhadores rurais – os descendentes sociais dos escravos –, a cidadania, a luta pela democracia no Brasil passa inevitavelmente, queiram ou não os latifundiários, pela realização da reforma agrária. Com essa Constituição ou sem ela. Porque acima do direito de propriedade está a lei da sobrevivência. Mais do que nunca fica claro para os trabalhadores que a luta faz a lei.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 39, jun. 1988, p. 07. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992) foi político e advogado. Exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados em duas ocasiões (1956-1958 e 1985-1989). Também foi candidato ao cargo da presidência da República na eleição de 1989. (N.E.)

1) UM PLANO CONTRA A CRISE

Para colocar a economia nos eixos, é preciso vencer a inflação, recompor os salários e negar a dívida.

O PT não se limita a atacar a política econômica antinacional e antipopular conduzida pelo governo Sarney, de comum acordo com o FMI e os banqueiros internacionais. Nossos candidatos fazem críticas, mas também apresentam propostas de solução, como as que estão contidas no Plano de Emergência do PT contra a crise que atormenta o país. Eis os seus pontos principais:

- **Combate à inflação**

Aplicação imediata de um amplo e rigoroso controle de preços dos grandes grupos econômicos e das tarifas públicas (água, luz, transportes, telefone etc). Fim do Conselho Interministerial de Preços (CIP)¹ e criação de um novo organismo de controle, do qual participem representantes de sindicatos e organizações populares. Além disso, nova legislação para punir rigorosamente os especuladores, inclusive com o confisco de suas mercadorias.

Uma política especial para os gêneros de primeira necessidade, cujos produtores deveriam receber do Estado apoio à produção e comercialização.

Não se acaba com a inflação sem atacar a especulação financeira. O PT defende a redução das taxas de juros, a suspensão da conversão da dívida externa e a intervenção no mercado paralelo do dólar.

- **Defesa da economia nacional**

O PT reafirma sua proposta de suspensão imediata do pagamento da dívida externa e abertura de um processo de auditoria pública da dívida, com a convocação dos credores para uma nova rodada de negociações. O governo não deve aceitar qualquer condição que imponha o controle da economia nacional pelos credores. Ao contrário, é necessário criar condições favoráveis para a retomada do crescimento econômico, em benefício da maioria da população.

- **Recomposição dos salários**

Conter a inflação (que já alcança 400% este ano) é condição para impedir a corrosão acelerada dos salários e a queda do nível de vida da população. Ao mesmo tempo, é preciso apresentar um plano de recomposição do salário-mínimo e de recuperação das perdas salariais acumuladas. Junto a isso, sugerimos que se caminhe, nas relações de trabalho, para o estabelecimento de um contrato coletivo nacional, nos moldes do que vem sendo proposto pela CUT.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 39-A, out. 1988, p. 3. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Conselho Interministerial de Preços (CIP), instituído através do Decreto nº 63.196, de 29 de agosto de 1968. Órgão por meio do qual o governo federal elaborava e fixava a política de preços do mercado interno em relação com o cenário político-financeiro mundial. (N.E.)

m) MOBILIZAÇÃO GERAL PARA DERROTAR O PACOTE

A Direção Nacional do PT convoca a militância, a população e as forças progressistas a se unirem para combater e derrotar o “Plano Verão”¹.

Jornadas de protesto contra a política econômica do governo Sarney e o “Plano Verão”, mobilização geral da população e de todas as forças progressistas da sociedade serão capazes de fazer reverter os efeitos danosos do último pacote. Esta diretriz de enfrentamento, que dará suporte à ação parlamentar do PT e dos partidos de oposição para derrotar o governo no Congresso, foi aprovada na reunião da Comissão Executiva Nacional, dia 17 passado. Em nota oficial, a CEN adverte também que “para além das medidas de curto prazo, o que o governo busca com o “Plano Verão” é unificar as classes dominantes em torno de um projeto econômico estratégico para a disputa das eleições presidenciais”. É este o texto da nota:

1. O “Plano Verão” é um golpe eleitoreiro

“Derrotado nas urnas em novembro e desmoralizado perante a opinião pública devido à sua incapacidade em atacar os problemas do país, o governo Sarney baixou o “Plano Verão” na tentativa de ganhar fôlego até as eleições. Embora ainda esteja presente na memória do povo a farsa do Plano Cruzado, o governo, ao decretar o congelamento, procurou fazer crer que atende aos reclamos da população, que sofre com a alta desenfreada dos preços e com a perda crescente de seu poder aquisitivo. Mas o sentido geral do “Plano Verão” é antipopular, pretende combater a inflação com recessão e submete o país à política de ajuste imposto pelo FMI.

2. O “Plano” só favorece as classes dominantes

Recessivo, eleitoreiro, prejudicial aos trabalhadores, o “Plano Verão” favorece os banqueiros internacionais, os grandes exportadores e os especuladores financeiros – principais responsáveis pela crise econômica do país. Mais que isso, porém, ao manter intocada a política de pagamento da dívida externa, ao descarregar sobre os funcionários públicos a culpa pelo crescimento da dívida pública interna e ao tentar impor aos trabalhadores uma fórmula de reajuste salarial que mantém e amplia as perdas do passado, o “Plano Verão” estabelece um nítido divisor de águas: o governo assume plenamente o partido dos grandes grupos econômicos e deixa clara sua opção por um modelo econômico privatista, concentrador de renda e que aliena a economia do país ao capital estrangeiro.

Para além das medidas de curto prazo, o que o governo busca com o “Plano Verão” é unificar as classes dominantes em torno de um projeto econômico estratégico para a disputa das eleições presidenciais.

3. Em defesa do salário e do crescimento econômico

O PT, que em dezembro passado apresentou à sociedade o Plano Econômico Alternativo de Emergência, para vencer a inflação pela via da retomada do desenvolvimento e com distribuição de renda, se opõe ao “Plano Verão”, ao padrão de desenvolvimento que ele articula e conclama a população a combatê-lo desde já.

A população – unida e mobilizada – tem força para resistir e fazer reverter o pacote recessivo. O PT somará forças com todos que se disponham a engajar-se nessa luta. Para isso, se dispõe a tomar as seguintes iniciativas:

- a) convocar os militantes, filiados e simpatizantes, em articulação com as centrais sindicais, centrais sindicais, movimentos populares, entidades da sociedade civil e membros de outros partidos para jornadas de protesto contra a política econômica do governo Sarney e pela rejeição do “Plano Verão” no Congresso Nacional;
- b) os prefeitos petistas assumirão, no âmbito de sua competência, a tarefa de apoiar os esforços da população para congelar os preços e garantir o abastecimento;
- c) a bancada federal do PT denunciará o caráter inconstitucional das medidas provisórias e votará contra o pacote. Tomará ainda a iniciativa de procurar outros partidos afim de propor uma alternativa econômica ao “Plano Verão”.

10 propostas para mudar

Da nota da Direção Nacional consta também um conjunto articulado de dez propostas em substituição ao “Plano Verão”, calcado no Plano Econômico Alternativo de Emergência.

1) uma política de recuperação progressiva das perdas salariais e de defesa do poder de compra dos trabalhadores;

2) suspensão do pagamento da dívida externa e convocação de uma CPI para apurar as origens e as circunstâncias dos empréstimos contraídos para decidir sobre sua legitimidade ou não. Suspensão dos reempréstimos e das operações de conversão da dívida;

3) estabelecimento de um efetivo controle de preços dos setores oligopolistas da economia, com participação popular na fiscalização;

4) criação de uma legislação rigorosa sobre delitos econômicos contra a economia popular;

5) regulamentação imediata do imposto sobre grandes fortunas previsto na Constituição;

6) estabelecimento de um empréstimo compulsório sobre ganhos de capital, particularmente sobre os lucros dos especuladores financeiros;

7) criação de uma política agrícola especialmente voltada para o incentivo à produção de gêneros de primeira necessidade;

8) revisão geral dos incentivos e subsídios, principalmente do setor exportador;

9) transferência para os trabalhadores da administração do PIS/PASEP² e demais fundos sociais;

10) criação de um Fundo de Investimentos e Políticas Sociais para fomentar a retomada do crescimento, utilizando os recursos provenientes da suspensão dos pagamentos externos, com o empréstimo compulsório e imposto sobre grandes fortunas.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 42, fev. 1989, p. 3. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Em janeiro de 1989, Mailson da Nóbrega, o quarto e último ministro da Fazenda do governo Sarney, anunciou o chamado Plano Verão. Nele, os preços, salários e ativos financeiros foram congelados novamente. Foi também estabelecida uma nova moeda: o Cruzado Novo (NCz\$). Foi uma tentativa fracassada de reduzir a expansão do crédito e de aumentar as reservas brasileiras. A inflação não recuou e fechou o ano de 1989 acumulada em 1.782,90%. (N.E.)

2. O Fundo PIS-PASEP é resultante da unificação, em 1976, dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do

Patrimônio do Servidor Público – PASEP, originalmente criados em 1970, benefício social que, após 1988 passou a ser destinado ao Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. (N.E.)

n) UM SOS PELA DEMOCRACIA

Resolução política da CEN condena os atentados, combate a ofensiva da direita e conclama as forças democráticas a lutarem contra as tentativas de desestabilizar as greves e a candidatura Lula

A vitória eleitoral de novembro de 1988, a greve geral de 14/15 de março e a mais intensa mobilização sindical já vista até hoje, que comprovam o crescimento das lutas sociais e as possibilidades do PT na luta institucional, criaram uma nova situação política no país. Frente a ela, o governo Sarney e setores da direita tentam barrar o ascenso da luta social e o crescimento eleitoral da candidatura Lula através de uma política de provocação e desestabilização.

Sinais de manobra

Os sinais mais evidentes desta mudança de conjuntura – avaliada na última reunião da Comissão Executiva Nacional (CEN), de 5 de maio último – são o atentado de Volta Redonda e a posição do governo ao enviar ao Congresso Nacional a medida provisória 50¹.

Uma série de provocações dirigidas ao PT e ao movimento sindical, por parte da grande imprensa, de setores do empresariado, do governo ou de setores das Forças Armadas indica, segundo a resolução política da CEN, que “o governo Sarney, as Forças Armadas e os setores de direita, frente à possibilidade real de serem derrotados no campo da disputa política e social, vão deslocando o centro da disputa para o campo da provocação e da repressão”. Estas, para se legitimarem, dependem de um pretexto: a criação de um clima de instabilidade e segurança.

Mudança de campo

Esta parece ser a tática do governo e do Estado Maior que o dirige, prossegue a resolução da CEN, que tanto pode estar no núcleo militar do governo, como no núcleo político, envolvendo setores do empresariado, dos partidos de direita, além da comunidade de inteligência militar.

Este quadro mostra que a disputa do governo e da burguesia com nossa candidatura e com o movimento popular e sindical saiu do campo da luta política eleitoral e passou para o campo da ilegalidade e da repressão. Tudo indica que nos planos do governo está a possibilidade real de desmobilizar o movimento sindical e inviabilizar uma vitória eleitoral do PT antes de 15 de julho, quando a campanha praticamente toma conta das ruas e invade os meios de comunicação.

A nova situação política coloca para o PT e para o movimento sindical - particularmente para os dirigentes petistas da CUT - a necessidade de avaliar nossa tática política na frente eleitoral e na frente sindical, para não sermos derrotados pela ofensiva da direita e do governo. A CEN propôs a adoção de uma série de iniciativas, entre elas a articulação de uma frente com partidos, entidades, sindicatos e associações, para desencadear uma campanha em defesa dos direitos e liberdades políticas e de denúncia dos atentados e provocações.

As providências sugeridas pela CEN são necessárias para mantermos a mobilização social e a disputa eleitoral. O PT tem a experiência das campanhas eleitorais de 1985 e 1986 e das provocações como os incidentes em Leme, o badernaço, e a aventura do assalto a banco em Salvador. Neste momento, parece evidente que o governo pretende isolar o movimento sindical e jogar o PT no gueto. Para isso, se aproveita do agravamento da situação econômica (inclusive fazendo um paralelo com a situação de hiperinflação e instabilidade reinantes na Argentina). Cria, assim, um clima de terror, com provocações, repressão às greves, valendo-se do fato de algumas delas afetarem diretamente a vida da população.

O público-alvo do governo são os setores médios da sociedade e os trabalhadores não organizados, ficando evidente na propaganda governamental, e mesmo na grande imprensa, o objetivo de amedrontar a população.

(Esta resolução, com as medidas aqui detalhadas, deve ser divulgada, discutida e implementada por todo o partido).

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 44, mai/jun. 1989, p. 3. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. A Medida Provisória 50, de 27 de abril de 1989, tratava sobre o exercício do direito de greve, definia as atividades essenciais e regulava o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, a qual foi alterada posteriormente pela Medida Provisória 59, de 26 de maio de 1989. (N.E.)

o) POR QUE O TRABALHADOR FAZ GREVE

A Comissão Executiva Nacional do PT divulgou, no último dia 17 de maio, a seguinte nota oficial em defesa das greves e das lutas dos trabalhadores:

“Já virou moda o presidente Sarney ir para a televisão e culpar as lideranças dos trabalhadores pela crise a que ele mesmo condenou o país. Também não passa de um dia sem que a grande imprensa abra espaço para os representantes da classe patronal atacarem as greves, acusarem os dirigentes sindicais e políticos dos trabalhadores. Será que eles têm razão? Claro que não.

Quem é o culpado?

Final, quem estabeleceu que a família de um trabalhador deve viver com NCZ\$ 84,10 por mês? Quem decidiu inventar esse fracassado Plano Verão, que só serviu para arrochar mais ainda os salários? Quem impediu a Reforma Agrária e permite que jagunços assassinem impunemente centenas de trabalhadores rurais? Quem transformou o Brasil em paraíso da especulação financeira e da sonegação de lucro para as multinacionais?

É o governo Sarney. Esse mesmo que remete para o exterior, a cada ano, o valor de toda nossa exportação agrícola só para pagar os juros de uma dívida externa já liquidada há muito tempo. *Por isso, não investe nos serviços públicos essenciais para o povo: transporte, saúde, educação, habitação popular, água, luz.* Por isso, paga péssimos salários aos funcionários, incha a máquina administrativa e faz piorar a qualidade desses serviços.

A verdade é que a fome, o desemprego, o desespero fazem parte da vida, do dia a dia de milhões de trabalhadores brasileiros.

É por isso que o trabalhador vai à greve. Para poder trabalhar e sobreviver, o camponês é obrigado a ocupar terras abandonadas; para poder morar, o trabalhador da cidade tem que ocupar terrenos baldios; para defender seu salário, o trabalhador vai à greve.

Uma coisa precisa ficar clara: *nenhum trabalhador faz greve por prazer. É questão de luta pela sobrevivência. Quem provoca a greve é o patrão que paga salários de fome; quem provoca a ocupação de terras é o governo que não faz e impede a reforma agrária.* A greve é um direito fundamental: é questão de legítima defesa da vida. Ninguém segura alguém que vê os seus passando fome, privados de bens essenciais, apesar de tanto trabalho!

Defesa da vida

Mas este mesmo governo, que nada faz em defesa dos trabalhadores, é rápido para defender os interesses de seus aliados, os patrões. O governo Sarney baixou a Medida Provisória nº 50, rasgando a Constituição, para espalhar o medo e tentar segurar as greves. E fez mais: demitiu, perseguiu, ameaçou, criou o clima para atentados, bombas, assassinatos, tudo para impedir que os trabalhadores lutem por suas conquistas. *Os patrões e o governo não conseguem conviver com a democracia.*

Não satisfeitos com esta ofensiva, patrões e governo usam os meios de comunicação para tentar jogar sobre os trabalhadores o fracasso e a incompetência de sua política econômica. Querem passar a ideia de que as lideranças sindicais são irresponsáveis, inimigas do povo. Tentam culpar os trabalhadores pela crise do país e pela corrupção que corre solta dentro do governo.

Mas nenhuma mentira, nenhuma ameaça, nenhuma campanha vai intimidar a classe trabalhadora. Pagando um duro preço, ela continua na luta. Fazendo crescer a organização popular, fortalecendo a Central Única dos Trabalhadores — CUT —, acumulando vitórias contra a política de arrocho salarial. O Partido dos Trabalhadores torna-se a cada dia a expressão maior dessa força, organizando-se como alternativa de governo e de um novo poder.

É dessa força que os patrões e seu governo têm medo. Eles sabem que a cada greve, a cada ocupação de terra, a cada luta do povo, está sendo posta em dúvida sua dominação. Eles sabem que no dia 15 de novembro, este mesmo povo pode dar uma virada decisiva na história do Brasil, elegendo um operário para a Presidência da República. Por isso a perseguição e a repressão.

O Partido dos Trabalhadores entende que as lutas populares e as greves são instrumentos legítimos de defesa da vida, são direitos fundamentais do trabalhador, são um valor universal da humanidade. Sem direito de greve não há democracia! Solidário com as greves e com as lutas do povo brasileiro, o PT conclama todos os trabalhadores, todas as forças democráticas e progressistas da sociedade a garantirem na prática a mais verdadeira e radical democracia. A se unirem para construir no Brasil uma nova sociedade, justa, democrática, soberana, independente, socialista”.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 45, jun. 1989, p. 3. Acervo do CSBH-FPA.

p) SITUAÇÃO DO PLANO COLLOR

7º Encontro Nacional do PT¹

Passados os primeiros meses, estão se confirmando as previsões e a avaliação política feitas pela Comissão Executiva Nacional e pelo Diretório Nacional do PT nos momentos iniciais do Plano Collor². A recessão se aprofunda e o governo, além de perder o controle da liquidez da economia, insiste numa política salarial que levará a um arrocho nunca visto. O congelamento de preços não passa de uma declaração política e faz parte do jogo publicitário do governo. A própria reforma administrativa, anunciada com grande estardalhaço, não resolverá o problema de caixa do governo, que a reforma fiscal pretendia eliminar.

O Plano Collor vive, portanto, entre a recessão e a retomada da inflação, com riscos de uma hiperinflação. Desorganizou a economia, destruiu a credibilidade do sistema financeiro, impôs, especialmente aos trabalhadores e pequenos produtores, perdas salariais e de renda, além de imobilizar novamente o governo, já que inviabilizou sua política fiscal e monetária. A tendência recessiva manifesta-se pela queda do nível de emprego, diminuição do consumo e arrocho salarial, criando um círculo vicioso que, somado ao sequestro da liquidez, desorganizou e paralisou parte do sistema produtivo. Com isso, os agentes econômicos não investem, dada a incerteza do quadro econômico, o que, somado aos cortes dos investimentos públicos e aos problemas no setor exportador, forma o quadro recessivo.

A gravidade política e social da situação, confirmada pela ausência de uma política de salvaguarda do emprego e de salários da classe trabalhadora, é acentuada pela proposta da livre negociação, que o governo quer impor num quadro recessivo. O risco de hiperinflação é real, o sistema financeiro não funciona como rede de contenção e, por isso, não consegue evitar a fuga de liquidez, que a economia retomou para o dólar, o ouro e a especulação imobiliária.

As medidas do governo em relação aos aposentados e ao Fundo de Garantia, a tentativa de cobrar Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na transferência de titularidade e a pretendida redução do salário dos funcionários em disponibilidade revelam desencontros na equipe do governo, e chegaram a causar profundo desgaste da imagem de Collor perante a opinião pública. A volta da inflação e as últimas pesquisas publicadas demonstram esse desgaste.

Além disso, foi quase unânime a reação do Congresso Nacional e do empresariado as medidas do governo, obrigando Collor a retroceder imediatamente. Apesar de agir no sentido de firmar sua autoridade pessoal e centralizadora, Collor enfrentou manifestações de descontentamento na própria área militar, onde também recuou, perdendo autoridade frente a indisciplinas políticas do comandante da Região Sudeste e, como sempre, atuando para a plateia, advertindo e prendendo Euclides de Figueiredo³ e Newton Cruz⁴, ambos na reserva.

Articular a luta econômica com a luta democrática

O PT deve empenhar-se na defesa das liberdades democráticas, já que toda a ação do governo Collor vai no sentido de violar a Constituição, passar por cima dos

partidos políticos e anestesiar os movimentos sociais. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar os atos ilegais do governo e a utilização das Medidas Provisórias como decretos-lei, rasgando a Constituição, o que na prática equivale ao uso de métodos ditatoriais. Essa defesa da democracia tem que ser um amplo movimento que envolva a sociedade civil e garanta a ampliação da mobilização política e social contra o governo Collor. A questão democrática não pode ser subestimada, já que os ajustes econômicos do tipo neoliberal são feitos às custas da participação do trabalho na renda nacional, com a eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores e os cortes de investimentos na área social (saúde, educação, habitação, transporte coletivo, saneamento), além do aumento das tarifas públicas (luz, água, gás, transportes) e da liberação dos aluguéis, produto do aumento real de custos e da inflação que o governo desconhece, ao não aceitar uma lei salarial indexando os salários à inflação real. Frente à oposição política e sindical, à resistência dos movimentos sociais e aos riscos do reflexo dessa situação no plano eleitoral, Collor poderá reprimir a luta social por meios violentos. O PT não deve vacilar em tomar a frente na luta contra qualquer tentativa de Collor de violar os direitos políticos e civis consagrados na Constituição.

Fonte: VII Encontro Nacional do PT *Partido dos Trabalhadores*. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979 -2002. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

NOTAS

1. Realizado em São Paulo (SP), durante os dias 31 de maio a 3 de junho de 1990. (N.E.)
2. Conjunto de medidas econômicas de reformas fiscais e monetárias instituído em março de 1990, que pretendia estabilizar a economia e conter a inflação durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo (1990 – 1992). (N.E.)
3. Euclides de Oliveira Figueiredo Filho (1919-2009), general do exército, teceu críticas ao governo de Fernando Collor à imprensa, defendendo a redução de ministérios e o combate à corrupção, pronunciando-se, em 1992, a favor do *impeachment* do ex-presidente. (N.E.)
4. Newton de Araújo de Oliveira e Cruz (1924), general do exército, em 1990 foi punido com dez dias de prisão no Comando Militar do Planalto por ter feito declarações contra o ex-presidente Fernando Collor à imprensa. (N.E.)

q) DOAÇÕES

Jorge Bittar, *secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT.*

Quando se identifica as causas da atual crise brasileira, invariavelmente o Estado é apontado como o vilão número um. De fato, apesar de ter desempenhado um papel fundamental no processo de desenvolvimento de nosso país desde a década de 1940, o Estado, principalmente a partir dos governos militares, foi escandalosamente utilizado para favorecer os grandes grupos econômicos. Nos anos recentes, tem sido moeda corrente a manipulação das empresas estatais através dos preços de suas tarifas e produtos, dos mecanismos de licitação pública e da transferência ilegítima de parcelas consideráveis da dívida externa para o passivo das empresas.

Associada a tudo isso, foi criada uma longa série de subsídios e incentivos fiscais, os quais, se em muitos casos pouco ou nada serviram para estimular a produção, a produtividade ou a modernização tecnológica das empresas privadas, certamente se constituíram em instrumentos eficazes para o enriquecimento fácil e acelerado dos grupos que se acercaram do poder. Esse papel atribuído pelas elites ao Estado explica, inclusive, boa parte da enorme concentração de renda e riqueza nacionais verificada no passado recente.

Esse verdadeiro saque efetuado contra o Estado é, com certeza, a principal causa da verdadeira situação de falência em que se encontra o setor público na economia brasileira. A recuperação do Estado é imprescindível para que o país volte a crescer. Há, no entanto, duas concepções sobre como isso deva ocorrer. De um lado, as elites, seguindo um figurino neoliberal (ou subliberal), propõem a venda de parte significativa do patrimônio estatal. De outro lado, os trabalhadores e seus aliados, interessados na distribuição de renda e riqueza e no Estado como indutor do padrão de desenvolvimento, propõem o imposto de solidariedade e o imposto sobre grandes fortunas como instrumentos básicos para se alcançar esse objetivo. Ao defender o imposto de solidariedade, no artigo *A Quadratura do Círculo*, publicado no número 14 da revista *Teoria e Debate*, o economista Reinaldo Gonçalves¹ demonstra que apenas um por cento da população brasileira detém 53 por cento de toda a riqueza acumulada na sociedade, concentração que supera em muito a que existe nos países do mundo desenvolvido.

O Programa Nacional de Desestatização do governo Collor², ao publicar o edital de venda da Usiminas³, torna clara sua intenção de dar continuidade ao processo de manipulação do Estado. Além da proposta de privatização da mais eficiente e rentável siderúrgica brasileira ser descabida, são simplesmente escandalosas as condições estabelecidas pelo governo para sua realização. Para a venda da Usiminas, cujo patrimônio é avaliado em US\$ 7 bilhões, o BNDES⁴ estabeleceu um preço mínimo de apenas US\$ 1,74 bilhões, alegando que este é o valor de mercado da empresa. Ora, é evidente que numa conjuntura de recessão, em que as oportunidades de negócios estão extremamente reduzidas, na qual as perspectivas de faturamento estão diminuídas pela compressão dos preços do aço, o valor de mercado da empresa seja muito inferior àquele de uma situação normal.

Esse quadro se torna ainda mais absurdo quando se acrescenta o fato de que o governo decidiu aceitar como pagamento das empresas privatizadas aquilo que se tem denominado de “moeda podre”, ou seja, Títulos da Dívida Agrária e Títulos da

Dívida Externa. Esses serão aceitos por 75 por cento do seu valor de face, quando podem ser adquiridos por cerca de 25 por cento desse valor no mercado secundário internacional. Para completar as benesses, o governo, através do edital de venda, permite que o feliz comprador pague apenas a metade do capital, adquirindo somente ações ordinárias. As ações preferenciais serão vendidas num segundo leilão, sem preço mínimo.

Como se vê, não se trata de uma venda, mas da **doação** do patrimônio público, sem autorização da nação.

Para que o país volte a crescer, é necessária uma profunda reforma do Estado. Isso nada tem a ver com a privatização indiscriminada que o governo Collor tem intenção de colocar em prática. A retomada do crescimento econômico necessitará de investimentos em energia, transportes, telecomunicações, ciência e tecnologia e não será com o sucateamento ou venda das empresas estatais que o país se preparará para um novo ciclo de desenvolvimento. Nesse particular, a experiência de países como a Itália, a França e a Alemanha é muito importante, pois conseguiram avançar na modernização e no controle democrático de suas empresas estatais.

A proposta do PT para a reforma do Estado na esfera econômica aponta no sentido da democratização e do aumento da eficiência e da eficácia, os quais são objetivos que devem necessariamente se combinar. Isso não exclui a possibilidade de que órgãos ou empresas públicas possam ser extintos ou até mesmo privatizados. Isso, no entanto, não tem nada a ver com a ideia neoliberal do Estado mínimo, mas sim com o princípio de que os recursos públicos devem ser utilizados em função dos interesses da maioria da população.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 57 e 58, ago/set. 1991, p. 6. Acervo do CSBH-FPA.

1. Reinaldo Gonçalves (1951), economista, professor titular de Economia Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). (N.E.)
2. Criado pela lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990, o Programa Nacional de Desestatização (PND), envolveu a privatização de empresas públicas como a Usiminas e a Companhia Siderúrgica Nacional já nos primeiros dois anos de existência, entre 1990 e 1992, além de mais dezoito empresas públicas somente neste período. (N.E.)
3. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS), complexo siderúrgico que comercializa aço. Fundada em 1956 no município Coronel Fabriciano (MG), iniciou suas operações em 1962 em Ipatinga (MG). Foi incluída no Programa Nacional de Desestatização através do decreto 99.464 de 16 de agosto de 1990. (N.E.)
4. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foi criado em 1952 sob a nomenclatura Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para executar a política nacional de desenvolvimento do período, iniciando com investimentos em infraestrutura, ampliados para a iniciativa privada já na década de 1960. Em 1982, ampliando as áreas de investimento, adquiriu a denominação atual, tendo incluídos em seu escopo o investimento em serviços sociais básicos, assistenciais e construção de habitações populares. (N.E.)

r) PT INTENSIFICA ATAQUE A FHC

José Dirceu¹

Direção orienta para a necessária intensificação da disputa ideológica

Entre as tarefas que se apresentam ao PT neste momento político, destaca-se a necessidade de continuarmos investindo na disputa ideológica com o governo FHC. A falácia neoliberal começa a dar claros sinais de esgarçamento.

O desemprego, a concentração de renda, a política econômica recessiva, a inadimplência urbana, a falência da agricultura e, principalmente, a omissão do governo com a Reforma Agrária têm revelado à opinião pública a verdadeira face do tucanato que posa de progressista, mas só se compromete com forças conservadoras.

O massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás cobre o país de luto e denuncia com veemência a injustiça social, a perversidade das elites e o caráter autoritário deste governo. Cabe-nos fortalecer os vínculos com o MST², reforçar nossa solidariedade com os companheiros do campo, promovendo passeatas, caminhadas e atos públicos, exigindo a punição dos responsáveis pela chacina e o cumprimento das metas de assentamento definidas pelo próprio governo federal.

Porém, não podemos desvincular a bandeira da Reforma Agrária da campanha por Mais e Melhores Empregos. O Estado tem obrigação de investir nas áreas sociais e garantir o mínimo de dignidade aos trabalhadores, e não destinar bilhões de reais para socorrer banqueiros falidos e usineiros caloteiros.

Devemos aproveitar as eleições municipais para apresentar à sociedade as propostas do PT para um país justo e democrático. Estamos demonstrando que somos um partido amadurecido, apto para consolidar o modo petista de governar e legislar. Agora, começa a caminhada até outubro, quando devemos aumentar nossas bancadas municipais e nossa presença nos Executivos.

Fonte: *PT Notícias*, n. 01, abr/mai. 1996, p. 1. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. No contexto, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores na gestão 1995-1997. (N.E.)
2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Movimento que nasceu de uma série de conflitos fundiários no sul do país. As suas características fundamentais eram as ações de ocupação como forma de pressão para a conquista da terra. Sua origem está relacionada a mudanças nas relações de produção no campo ocorridas durante a década de 1970 que modificaram a configuração agrária desta região do país, até então caracterizada por unidades familiares de produção. Foi em janeiro de 1984 que, depois de uma série de encontros de trabalhadores sem terras no Paraná (1982), em Goiânia (1982) e em Santa Catarina (1983) o MST institucionaliza-se, em Cascavel (PR). Sua principal pauta é a luta pela reforma agrária. (N.E.)

Em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania

Mesmo com a resistência oferecida pelas organizações dos trabalhadores, aumentam preocupantemente o desemprego, o arrocho salarial e a desregulamentação das relações de trabalho. Excluídos do mercado formal de trabalho e sem qualquer política de geração de emprego, contingentes crescentes são forçados a engrossar o mercado informal, sem garantias de remuneração, aposentadorias e outros direitos sociais. Em consequência dessa política que promove a exclusão, cresce a miséria no campo e na cidade, agravada pela criminalidade e violência que se abatem sobre o povo brasileiro.

Outra face desta política de destituição dos direitos sociais é o desmonte do Estado no atendimento de políticas universais nas áreas de saúde, educação, previdência, habitação, assistência social e outras. A sociedade brasileira vê envergonhada o ressurgimento de doenças endêmicas, a gravidade das altas taxas de mortalidade infantil, o abandono de nossos idosos e os milhões de analfabetos relegados à condição de marginalidade.

Enquanto o governo federal propagandeia a existência de um Programa Nacional de Direitos Humanos, a mídia anuncia o crescimento da violência policial. A prostituição e o turismo sexual, o extermínio de crianças e adolescentes e a exploração do trabalho escravo e infantil continuam sendo motivo de denúncias tanto no Brasil como no exterior.

O governo impõe maiores sacrifícios ao povo para garantir a estabilidade da moeda e o plano de integração subordina o Brasil ao mercado global. As precárias bases da estabilização monetária, o aumento das dívidas interna e externa e a busca do equilíbrio fiscal em detrimento exclusivo dos direitos sociais são algumas das questões subtraídas à participação democrática da sociedade pelo autoritarismo da gestão econômica.

A prioridade deste governo é voltada apenas aos banqueiros, latifundiários, grandes empresários e investidores internacionais. O Proer¹, que já gastou mais de R\$ 20 bilhões em socorro ao sistema financeiro, o não-pagamento das dívidas dos grandes latifundiários e usineiros junto ao Banco do Brasil e a abertura indiscriminada do mercado brasileiro às empresas internacionais são exemplos dos interesses defendidos pelas políticas de governo.

O sucateamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, a privatização das telecomunicações, do setor energético e sua decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce² e a Petrobras³ são atentados à soberania nacional, privando o país de instrumentos de política econômica essenciais ao desenvolvimento sustentável.

Para atender aos interesses das elites, Fernando Henrique Cardoso⁴ governa por medidas provisórias, fere a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário e submete o Parlamento a uma barganha clientelista e fisiológica, com a conivência de ampla maioria do Congresso Nacional. Essas práticas se inscrevem nas piores tradições da história política do Brasil, demonstrada, entre outros atos, pela aprovação da emenda casuística e golpista da reeleição.

No plano das relações internacionais, FHC se submete aos programas de ajuste estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional e aos interesses do capital especulativo e financeiro.

Os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicais, estudantis, personalidades que apresentam suas críticas ou reivindicações, são recebidos não apenas com a insensibilidade característica do governo FHC, como são obrigados a enfrentar pesados ataques que visam destruir as organizações sociais, especialmente as dos trabalhadores e do movimento popular.

Diante desta situação, deliberamos pela convocação à mobilização da sociedade brasileira e para isso propomos a construção de uma política unitária de nossas organizações em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania.

Desde já, as campanhas nacionais na defesa de direitos se contrapõem à agenda neoliberal postas na ordem do dia pelo governo e, sabemos, requerem um amplo apoio e sustentação do conjunto da nossa sociedade.

As entidades e partidos políticos integrantes da Conferência assumem o compromisso de fortalecer e impulsionar as lutas dos trabalhadores, somando as iniciativas em torno de uma agenda de mobilizações sociais.

O movimento popular tem diante de si o desafio de retomar os ideais libertários e de justiça social, resgatar a esperança e reforçar a solidariedade.

Brasília, 4 de abril de 1997.

Assinam a Carta de Brasília, entre outros, a CUT, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Contag, Central de Movimentos Populares (CMP), CNBB, MST, Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap), UNE, UBES, UJS, União Brasileira de Mulheres (UBM), Ibase, Pastorais Sociais, Ação da Cidadania (SP/MS), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Cone), Fórum Nacional pela Reforma Urbana, PT, PCdoB, PDT, PPS, PSB e PSTU.

Fonte: *PT Notícias*, n. 41, abr. 1997, p. 1. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER – foi um programa efetivado no governo Fernando Henrique Cardoso que visou proteger instituições financeiras num contexto de crise econômica. O programa esteve em vigor até 2001, quando da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proibiu aportes de recursos públicos para saneamento do Sistema Financeiro Nacional. (N.E.)

2. Companhia Vale do Rio Doce, criada através do decreto lei nº 4.352 de 1º de junho de 1942, para exploração de minérios de ferro, possuía como principal acionista o governo federal. Em 1995 foi incluída, através do decreto lei nº 1.510, no Programa Nacional de Desestatização (PND), e privatizada em 1997. (N.E.)

3. Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), criada em 1953 através da lei 2.004 de 3 de outubro. Em 1995, o Congresso Nacional aprovou a quebra do monopólio estatal

do petróleo, abrindo-o para a iniciativa privada através da emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. Em 1997, foi sancionada através da lei 9.478 de 06 de agosto, a permissão para que empresas privadas pudessem exercer a exploração, produção, refino e transporte do petróleo, regulamentando o fim do monopólio estatal da Petrobras. (N.E.)

4. Fernando Henrique Cardoso (1931), é sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político. Foi eleito presidente da República em 1994, tendo sido reeleito em 1998, governando o país até 2002. Em 1978 concorreu ao Senado Federal, eleito suplente de Franco Montoro e assumindo a cadeira em março de 1983. Esteve no processo de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988. (N.E.)

t) CONSEQUÊNCIA DOS JUROS ALTOS É RECESSÃO E DESEMPREGO

As consequências da crise econômica, que começou com as Bolsas e se alastrou por toda a economia, vão ser sentidas em breve no bolso do trabalhador brasileiro. “Mesmo antes da crise, o país já caminhava para uma recessão, que deveria ser suave e aconteceria, provavelmente, no primeiro trimestre de 1998”, diz o professor Paul Singer¹.

Com a alta dos juros praticada pelo governo, a recessão será mais violenta e virá mais rápido, gerando desemprego e endividamento, acredita Singer. “Em compensação”, diz ele em tom jocoso, “quando Lula assumir a presidência, a balança comercial estará menos apertada”. Singer acha ainda que a crise beneficia a oposição, pois “será mais fácil fazer mudanças, se conquistarmos o governo”.

Analisando as Bolsas, isoladamente, Singer diz que a queda foi benéfica, já que as ações estavam supervalorizadas. Segundo ele, o problema é a ligação com o real. “Como o governo não poderia deixar que o dinheiro investido saísse do Brasil, aumentou os juros, o que prejudica ainda mais as Bolsas, já que os investimentos migram para as aplicações em renda fixa.”

Finanças públicas

Para João Machado, a recessão interessa ao governo porque reduz o *déficit* das transações correntes, como ocorreu em 1995. Ele lembra ainda que os efeitos serão devastadores sobre as finanças públicas: “Os estados perderão nas duas pontas; na da arrecadação, que será menor por causa da recessão; e na do pagamento das dívidas, que serão mais salgadas por causa das altas taxas de juros”.

Finalmente, diz Machado, a política de juros altos e recessão diminui a capacidade de pagamento e aumenta a inadimplência, gerando o risco de ocorrer uma crise no sistema bancário.

Pobres famílias

A deputada Conceição Tavares² lembra daqueles que estão “pendurados” no crediário, no cheque especial e nos financiamentos do SFH³ para a compra da casa própria. “Essa política, além do desemprego, terá como consequência a inadimplência das famílias de classe média e de muitas famílias pobres”, afirma.

Conceição diz ainda que os prejuízos do Tesouro serão incalculáveis, “dado o tamanho da dívida pública interna, que é superior a R\$ 200 bilhões”.

A deputada afirma estar espantada com a “absoluta impunidade com que os especuladores atuaram no mercado, provavelmente obtendo grandes lucros”, e com a atuação dos bancos públicos, como o BNDES (depositário do FAT⁴), que estão arriscando suas posições patrimoniais nas Bolsas e financiando privatizações para grandes grupos nacionais e estrangeiros, “que se tornam monopolistas e poderão recuperar o capital próprio rapidamente, com uma subida de tarifas públicas”.

Conceição alerta: “o pior é que a turbulência ainda não terminou, uma vez que a maioria das reservas perdidas pelo Banco Central está nas carteiras dos agentes financeiros privados, esperando, provavelmente, voltar a um novo ataque especulativo mais adiante”.

Corte no Social

Aloizio Mercadante⁵ lembra que a piora das finanças públicas vai gerar um grande corte dos gastos nas áreas sociais, que já são insuficientes.

Para ele, o Brasil tem que romper essa relação entre âncora cambial e juros altos, não há alternativa. Por isso, acredita que essa deverá ser a grande bandeira da oposição. “A perspectiva é de que o governo FHC aprofunde o ajuste neoliberal, acelerando as privatizações, demitindo funcionários públicos e cortando gastos sociais”, diz Mercadante.

Segundo ele, isso só vai adiar o impasse, porque depois de 1998 o governo não terá mais grandes empresas estatais para privatizar, a fragilidade financeira do setor público estará agravada e a vulnerabilidade cambial não será resolvida. “Por isso, o PT tem que usar sua Bancada e sua capacidade de mobilização social para mudar a rota irresponsável que está sendo imposta ao país e romper com a lógica neoliberal”, afirma.

Fonte: *PT Notícias*, n. 54, nov. 1997, p. 2. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Paul Israel Singer (1932), economista, professor titular da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade no Departamento de Economia da Universidade de São Paulo. (N.E.)
2. Maria da Conceição Tavares (1930), deputada federal pelo PT/RJ entre 1995-1999. Economista, professora titular da Universidade Estadual de Campinas e professora-emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (N.E.)
3. Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instituído pela lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 (N.E.)
4. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sancionado pela lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990, é um fundo econômico ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Tem como função subsidiar programas de desenvolvimento econômico, bem como o Programa do Seguro-Desemprego e Abono Salarial. Sua principal fonte de recursos é o Programa de Integração Social – PIS. (N.E.)
5. Aloizio Mercadante (1954), economista, então, vice-presidente nacional do PT. (N.E.)

u) AUTORITARISMO DO GOVERNO FHC LEMBRA OS TEMPOS DA DITADURA

O autoritarismo do governo Fernando Henrique Cardoso não deixa nada a dever aos tempos de ditadura. Manipulação do Congresso, suspeita de compra de votos, excesso de medidas provisórias e decretos, pacotes feitos na calada da noite e impostos à população.

“A faceta mais grave do autoritarismo de FHC é a manipulação do Congresso, que estimula o fisiologismo e afeta a sua soberania”, diz José Machado¹, líder do PT na Câmara dos Deputados. Segundo ele, deputados chegam a ser ameaçados e paira no ar a suspeita de compra de votos, desde a votação da emenda da reeleição.

Também para José Eduardo Dutra², líder do PT no Senado, o autoritarismo do governo FHC se expressa nas suas relações com o Congresso. “O presidente ataca o Congresso cada vez que viaja para o exterior e chegou ao cúmulo de culpá-lo pela crise econômica porque as reformas do governo não haviam sido votadas”, diz ele.

O deputado federal José Genoíno³ (PT-SP) lembra que as reformas não foram votadas justamente porque o Congresso ficou um ano preso na votação da emenda da reeleição, sob pressão do próprio governo. “FHC ataca um Congresso que só vota aquilo que ele quer, sob sua pressão e de seus líderes, que lhe é subserviente”, afirma.

Para Dutra, a Presidência da Câmara e os líderes do governo no Congresso têm representado muito mais o papel de ministros para assuntos parlamentares do Executivo do que o de membros do Legislativo.

Rolo compressor

O líder do PT na Câmara diz que o governo FHC funciona como um “verdadeiro rolo compressor” sobre o Congresso. “governadores governistas vêm à Brasília pressionar os deputados de seus estados para votarem a favor do governo, fazendo até com que cedam seu lugar aos suplentes, quando é o caso”, diz ele.

Genoíno afirma ainda que o governo “institucionalizou, no Congresso, a prática do toma lá, dá cá”. Segundo ele, em cada votação importante o governo “negocia verbas e cargos num balcão de interesses, uma prática que se tornou corriqueira após a votação da emenda da reeleição”.

Métodos antidemocráticos

Machado acha que o autoritarismo do governo ultrapassa as barreiras do Congresso. “No Poder Judiciário, muitos juízes julgam como se fossem representantes do governo”, diz ele.

O método de trabalho do governo também é criticado pelo líder do PT na Câmara. “O governo não se utiliza de práticas democráticas, como a consulta popular, e repudia propostas que contêm com a presença de representantes da sociedade civil, como a formação de comissões para discutir assuntos de interesse da população.”

Machado afirma ainda que o governo procura desqualificar os movimentos sociais, chamando-os de “marginais”. “Isso tudo vai quebrando a resistência dos

trabalhadores e sua capacidade de luta”, diz ele.

Finalmente, os três representantes petistas lembraram da Lei Eleitoral como mais um resultado do autoritarismo do governo. Na opinião dos três, é uma lei que facilita a reeleição do presidente FHC e dificulta muito a luta da oposição para chegar ao poder.

Fonte: *PT Notícias*, n. 55, dez. 1997, p. 4. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. José Machado (1946), economista, foi deputado federal pelo PT entre 1995-1999, líder do bloco PT/PDT/PCdoB no período 1997-1998. (N.E.)
2. José Eduardo de Barros Dutra (1957-2015), geólogo, senador pelo PT entre 1995-2003. (N.E.)
3. José Genoíno Neto (1946), deputado federal pelo PT/SP em cinco mandatos consecutivos, de 1983 a 2003, reeleito também como deputado federal com dois mandatos entre 2007-2015. (N.E.)

v) DESEMPREGO CRESCE COM TRABALHO TEMPORÁRIO

Vicente Paulo da Silva, Vicentinho - Presidente da CUT

O desemprego traz miséria, violência e desespero. É um dos mais graves problemas que atingem o povo brasileiro, e o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado (Contrato Temporário), ao contrário do que afirma o governo, só contribui para aumentar a possibilidade de desemprego.

Até hoje não entendemos como mecanismos que facilitam as demissões podem gerar empregos. Na verdade, e concretamente, mecanismos que facilitam as demissões geram demissões. Com a deterioração das relações de trabalho, as contratações que ocorrerem serão contratações de miseráveis a caminho da escravidão.

O Contrato Temporário cria trabalhadores de segunda categoria, retira direitos históricos e facilita as demissões, estimulando a troca de trabalhadores contratados formalmente por um contingente de pessoas com data marcada para perder seu emprego, em piores condições salariais e de direitos.

A CUT defende que o que gera empregos são investimentos na produção, de acordo com uma política de desenvolvimento, políticas industrial, agrária e agrícola voltadas para os interesses da maioria da população, além da valorização do poder aquisitivo, ou melhor, dos salários, para fortalecer o mercado interno, gerando mais empregos.

As afirmações do governo sugerem que, nos países nos quais foram tomadas diversas iniciativas de desregulamentação do mercado de trabalho, as taxas de desemprego têm se comportado em níveis aceitáveis e baixas. Essas justificativas oficiais, entretanto, carecem de fundamentação real.

Primeiramente, pesquisa da OIT¹, de 1993, prova que os custos do trabalho no Brasil são muito baixos, incluindo salário, 13º salário, adicional de férias, descanso semanal remunerado, licenças maternidade e paternidade, encargos sociais e demais contribuições. São cerca de US\$ 2,5/ hora na indústria de transformação. Na Coreia era de US\$ 5,5, nos Estados Unidos de US\$ 16 e na Alemanha de US\$ 25.

As altas taxas de rotatividade demonstram a falsidade do argumento do elevado custo de admissão e de rigidez do mercado de trabalho brasileiro. Em 1995, segundo o IBGE (PNAD/1995), a taxa de rotatividade alcançou 37,1%, superior à do Paraguai, que chegou aos 29%. Nos Estados Unidos, considerado o paraíso de relações flexíveis de contratos de trabalho no mundo mais desenvolvido, a rotatividade é de 14%.

A versão oficial também é desmontada a partir de outra constatação: cerca de 15,52 milhões de empregados do setor privado – cerca de 50% do total (também PNAD/IBGE 1995) – não têm nem sequer carteira assinada.

Portanto, as empresas não têm custos para admitir ou demitir esse enorme número de trabalhadores, especialmente os custos relativos aos encargos sociais, à multa de 40% nos casos de demissões sem justa causa etc. E o mais grave é que a informalização só tem crescido nos últimos anos.

Um outro argumento do governo é o de que, na maioria dos países de industrialização tardia, nos quais passaram a vigorar distintas formas de flexibilização do regime de trabalho por tempo indeterminado, o mercado de trabalho teria reagido com mais dinamismo na geração de empregos.

Sem dúvida, é um dos mais frágeis argumentos do governo federal. A Espanha e a Argentina, países com configurações econômicas semelhantes à do Brasil, torna-

ram-se líderes mundiais na flexibilização de suas legislações trabalhistas, e também de desemprego. Após vários anos de vigência dos regimes especiais de trabalho, nos dois países os resultados revelados para o mercado de trabalho são dramáticos.

Na Espanha, cerca de 42,7% dos empregos são temporários, e somente 55% são fixos. Em pouco mais de 12 anos, a nova legislação quase dobrou a participação do emprego temporário no total de empregados no país, sendo que, na maioria deles, as empresas estão desobrigadas de contribuir com a totalidade dos recursos destinados à Previdência Social e com os vencimentos adicionais para os trabalhadores, no momento da rescisão do contrato, previstos na legislação trabalhista.

Na Argentina, a situação é a mesma. As sucessivas mudanças foram acompanhadas por elevações contínuas das taxas de desemprego.

Estamos sempre dispostos a discutir e construir uma nova relação de trabalho, que inclua mudanças na estrutura sindical, na organização sindical e na Justiça do Trabalho.

Queremos algo novo, dinâmico, mas que, acima de tudo, fortaleça as relações de trabalho para melhorar as condições dos trabalhadores. E que, no final das contas, todos saiamos ganhando com produtividade, qualidade e, acima de tudo, cidadania.

Devemos quebrar a tese de que para resolver os problemas brasileiros é preciso retirar as conquistas dos trabalhadores. O país e a economia serão verdadeiramente fortes se o seu principal agente, o trabalhador, for fortalecido.

Para atingirmos esse objetivo temos que nos engajar na luta popular. Temos que fazer a mobilização. Nossa Central aprovou um plano de lutas para 1998, e queremos realizado junto com todos os segmentos sociais que trabalham contra os ataques nefastos do neoliberalismo, como esse contrato de precarização.

Fonte: *PT Notícias*, n. 57, fev. 1998, p. 2. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919 após o término da Primeira Guerra Mundial, correspondendo a parte XIII do Tratado de Versalhes. É composta por 186 países membros e tem como propósito promover direitos fundamentais do trabalho, que se caracteriza, de acordo com seus objetivos estratégicos, pelo fim do trabalho forçado e infantil, liberdade sindical, respeito aos direitos do trabalho, promoção do trabalho produtivo e de qualidade e eliminação de discriminação em matéria de emprego ou ocupação. (N.E.)

w) PRIVATIZAÇÃO: É HORA DE FAZER O BALANÇO

Ricardo Berzoini, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, filiado à CUT

“O dinheiro das privatizações não foi aplicado no social, mas sim no pagamento de juros da dívida”

No dia 16 de abril de 1998, data marcada para o leilão da Eletropaulo¹, algumas centenas de policiais militares, parte deles da tropa de choque, ocuparam as ruas do Centro Velho de São Paulo. Sob o pretexto de resguardar a ‘ordem pública’, tentaram impedir o direito constitucional de ‘ir e vir’ e chegaram a pedir que os transeuntes abrissem suas malas e valises. Foi o que tentaram fazer comigo. Só desistiram quando perceberam que não se tratava de mais um cidadão desavisado. Quem conhece seus direitos, sabe que ninguém pode ser revistado sem o seu consentimento, a menos que esteja infringindo a lei ou haja mandado judicial determinando a busca.

O fato é que a ocupação militar daquele espaço fez pensar sobre a trajetória de pessoas como o governador Mário Covas² durante a ditadura militar, e seu comportamento indigno como governante do maior estado do país. Ao sair da Bovespa³, Covas ‘passou recibo’, ao vestir a carapuça quando abordado pelo nosso colega Wagner Pinheiro⁴, bancário do Banespa⁵ e diretor da Fetec-CUT⁶. Wagner chamou Covas de entreguista e este reagiu como quem sabe que o adjetivo é mais que apropriado, ainda que contraditório com a imagem que construiu no passado. Senão, vejamos:

Parte de Eletropaulo foi privatizada, sem ágio, exatamente para a mesma Light⁷ que já deu suas demonstrações de ‘competência privada’ no verão carioca. O consumidor já pode esperar por reajustes de tarifa e outros problemas.

A Vale do Rio Doce, privatizada, já demonstrou em seu primeiro balanço após a privatização a lógica neoliberal: seu lucro aumentou 46,23%, seu quadro de pessoal reduziu-se em um terço. Quatro mil e quinhentos trabalhadores perderam seu emprego, para que o lucro chegasse a R\$ 756 milhões. Na CSN⁸, a produtividade por empregado, desde sua privatização, em 1993, disparou. Hoje trabalham na CSN 9.059 empregados, contra 16.659 na data da privatização.

O Banco Itaú praticamente ganhou o Banerj⁹ de presente. Pagou R\$ 311 milhões por um dos maiores bancos do país (193 agências, 1,3 milhão de correntistas e ativos de R\$ 2,8 bilhões), mas desembolsou apenas R\$ 178 milhões, pois fez uso das ‘moedas podres’. Ainda no sistema financeiro, tentarão vender o Banespa, a despeito do lucro de mais de R\$ 3,2 bilhões acumulado em 1996 e 1997. Já iniciaram o processo para vender a BB DTVM (distribuidora de títulos do Banco do Brasil, a maior gestora de fundos do mercado).

Muitos acreditaram no discurso do governo, quando alegou que a privatização era necessária para reverter investimentos nos chamados setores sociais. A lógica, até razoável em tese, seria afastar o poder público de funções produtivas, para assumir o papel de regulador e fiscalizador, liberando recursos para a educação, saúde, habitação e saneamento básico, por exemplo.

Outros foram convencidos que a administração privada seria mais eficiente para gerir empresas públicas. A lógica da exploração extremada da produtividade humana, gerando mais desemprego como subproduto, só é eficiente para ampliar a miséria, via exclusão social.

Alguns anos passados do início da fúria privatista é hora de nós, que nos opussemos e continuamos a nos opor às mentiras neoliberais, fazermos um balanço desse processo. A sociedade precisa desse balanço para poder mensurar quantos bilhões foram arrecadados, quem foi beneficiado, quanto foi financiado pelo BNDES, o que foi comprado por estatais de outros países, quanto foi abatido da dívida pública, quanto foi efetivamente aplicado em programas sociais. Os dados preliminares desse balanço demonstram um grande prejuízo para o país e para os trabalhadores. O país perdeu patrimônio, milhares de empregos foram eliminados e o Estado perdeu instrumentos econômicos e sociais. Os recursos que – dizia-se – iriam para a saúde e educação, foram para pagar os juros da dívida pública.

A reação de Covas no episódio descrito foi sintomática, talvez decorrente da consciência de que estão cometendo um crime contra o país, em especial contra as gerações futuras.

Fonte: *PT Notícias*, n. 61, mai. 1998, p. 2. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., atual AES Eletropaulo, foi adquirida em leilão público pelo consórcio Lightgás LTDA, composta pelos grupos AES Corp., Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Eletrecité de France (EDF) e Reliant Energy. (N.E.)

2. Mário Covas Júnior (1930–2001), engenheiro e político. Foi deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) 1963-1967 e 1967-1971, e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre 1983-1987. Também foi governador do estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do qual foi fundador em 1988, entre 1995-1998, reeleito em 1999, permanecendo até o ano de seu falecimento em 2001. (N.E.)

3. Bolsa de Valores de São Paulo, fundada em 1967, com o nome Bovespa, operou com outras denominações desde o início do século XX. A Bolsa de Valores atua com diversos produtos e serviços no mercado financeiro através de negociações e vendas de títulos, bem como elaboração de índices financeiros para o mercado. Em 2008 foi integrada com a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), passando a se denominar BM&FBovespa. (N.E.)

4. Wagner Pinheiro de Oliveira (1962), economista, diretor da Fetec-CUT/SP durante o período 1996 a 2002. (N.E.)

5. Banco do Estado de São Paulo S.A., foi federalizado em 1996, como resultado de um acordo entre a União e o estado de São Paulo. Em 1998, foi incluído no Programa Nacional de Desestatização pelo Decreto nº 2.469, de 21 de janeiro de 1998. (N.E.)

6. Federação dos Bancários da CUT, criada no estado de São Paulo em dezembro de 1989. (N.E.)

7. *Light* – Serviços de Eletricidade S/A, privatizada em maio de 1996 através do Decreto nº 572 de 22 de Junho de 1992, inserida no Programa Nacional de Desestatização instituído pela lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990. (N.E.)

8. Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941 como uma sociedade anônima de economia mista, com objetivo de explorar ferro, aço e derivados, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização através do decreto nº 426 de 16 de janeiro de 1992. (N.E.)

9. Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), fundado em 1946 no Rio de Janeiro com o nome de Banco da Prefeitura do Distrito Federal (Prefebanco), que, em 1960 passa a se chamar Banco do Estado da Guanabara (BEG). Em 1974 funde-se com o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ), alterando o nome para Banerj. Em 1997, o banco é privatizado e vai à leilão público, então adquirido pelo Banco Itaú S.A. (N.E.)

x) CALOTE COM DINHEIRO PÚBLICO

A população não sabe. A imprensa calou. E FHC continua sorridente em seus milhares de *outdoors* espalhados pelo Brasil afora. Só pode estar rindo da gente...

E tem motivo para rir FHC e seus aliados. Afinal de contas, conseguiram salvar os banqueiros amigos com dinheiro público, enquanto os problemas sociais se agravam a cada dia para a imensa maioria da população brasileira.

O Proer foi criado há três anos pelo Banco Central e socorreu, até hoje, oito bancos, cobrindo prejuízos superiores a R\$ 20 bilhões.

O único meio de comunicação que trouxe a tona um dos maiores calotes aplicado por FHC com dinheiro público foi a revista *IstoÉ: Econômico, Nacional, Bamerindus* e outros bancos deixaram de honrar empréstimos superiores a R\$ 10 bilhões, anunciou a revista.

Só para se ter ideia do tamanho do rombo, a dívida dos pobres banqueiros chega perto do valor mínimo, estipulado também pelo governo tucano, para a venda do sistema Telebrás¹.

Segundo denúncia da *IstoÉ*, o Banco Nacional deu calote de R\$ 4,98 bilhões, deixando de pagar um empréstimo que venceu em 13 de novembro de 1996. O Banco Econômico não pagou R\$ 2,9 bilhões e o Bamerindus, deve R\$3 bilhões.

Talvez a tolerância com os devedores se deva às relações quase íntimas entre governo e estas instituições financeiras. O senador Antonio Carlos Magalhães² foi um dos maiores interessados no saneamento do Econômico; o Nacional pertencia à família Magalhães Pinto, que já teve relações familiares com FHC; o senador Andrade Vieira³ foi um dos donos do Bamerindus.

É o governo FHC fazendo bonito com o chapéu alheio, beneficiando os ricos e deixando o restante ao deus dará.

Com esse rio de dinheiro o governo poderia ter aliviado em muito a situação do brasileiro construindo, por exemplo, 2,5 milhões de casas populares no interior de São Paulo; cobrindo uma vez e meia o *déficit* que o INSS estima para 1998; bancando quase oito anos de programa de combate à seca no país; pagando metade dos gastos do governo na saúde em 1997.

E mesmo sendo o rombo algo inimaginável para os padrões de miséria do nosso país, o presidente, do topo de sua peculiar arrogância, declara que não deve satisfação ao Congresso Nacional com relação ao valor real do calote e as providências que deveria tomar para garantir, no mínimo, respeito pelo dinheiro público.

Fonte: *PT Notícias*, n. 67, ago. 1998, p. 4. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

1. Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), criada através da lei nº 5.792 de 11 de julho de 1972, era uma empresa federal de economia mista. Em 1997, após a Lei Geral de Telecomunicações nº 9.472, que determinou sua desestatização, a empresa foi privatizada em três blocos de quatro leilões. (N.E.)

2. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007), médico, empresário e político. Foi deputado estadual na Bahia (1955-1959), deputado federal (1959-1967) e

senador pelo estado da Bahia (1997-2001 e 2002-2007). Em 1965, com o bipartidarismo imposto pela ditadura, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), sendo reeleito deputado federal no ano seguinte. Em 1967 foi nomeado prefeito de Salvador (1967-1970). Em seguida foi nomeado por duas vezes governador da Bahia (1971-1975 e 1979-1983) e ainda exerceria um mandato de governador, desta vez eleito pelo voto popular (1991-1994). (N.E.)

3. José Eduardo de Andrade Vieira (1938-2015) foi um agropecuarista, banqueiro e político brasileiro filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Senador com três mandatos 1991-1999. Na década de 1970 administrava o grupo empresarial iniciado por seu pai, Avelino Vieira, cuja empresa líder era o Banco Bamerindus do Brasil S.A. (N.E.)

y) A DESCONSTRUÇÃO DO PAÍS

Maria da Conceição Tavares, deputada federal (PT-RJ)

A pretexto da globalização, que diz ser irreversível, o Executivo, comandado pelo atual presidente da República, vem impondo uma verdadeira desconstrução do país, tanto na economia quanto nos direitos sociais e na capacidade operacional do Estado de atender os serviços públicos básicos da população.

No direito público constitucional, nas leis e nos contratos públicos e privados o país está à deriva, pois, na sua fúria “legislativa”, o governo atropelou o Congresso e desarticulou o corpo de leis que dá sustentação às decisões do Poder Judiciário.

Em matéria de economia, por meio de uma política econômica de abertura descontrolada, desregulamentação do mercado de câmbio e de capitais e entrega do sistema financeiro nacional, o governo FHC colocou em risco o desenvolvimento futuro do país.

Provocou um endividamento interno e externo, público e privado, de dimensões gigantescas; destruiu milhões de postos de trabalho na indústria e na agricultura, duplicando o desemprego aberto (que atingiria atualmente 6,5 milhões de trabalhadores, segundo o IBGE, e mais de 15 milhões, segundo o Dieese); dilapidou o patrimônio nacional em operações escandalosas de privatização, financiadas com recursos dos trabalhadores; desmantelou sistemas logísticos estratégicos como transporte, energia e telecomunicações; e desestruturou grande parte do sistema produtivo nacional.

No entanto, apesar da situação de vulnerabilidade e fragilidade externa e interna a que foi conduzido por estas políticas irracionais, o Brasil tem mais possibilidades de resistir e superar os efeitos da atual crise do que outros países com mercado interno menor e mais dependentes do comércio exterior.

Apesar dos violentos desequilíbrios macroeconômicos, o Brasil é um dos poucos países que ainda podem enfrentar uma modificação no seu modelo de desenvolvimento de forma incorporada, mudando o comportamento de submissão às políticas neoliberais impostas pelos representantes do capital financeiro internacional.

No Brasil, as grandes massas nunca tiveram um destino minimamente claro via acesso à propriedade da terra, à educação, à seguridade social e à uma relação salarial estável e progressiva, que foram os instrumentos mais importantes de inclusão social usados nos países hoje desenvolvidos.

Aqui, ao contrário, nas crises sempre “fugimos para a frente”, buscando defender os interesses das elites regionais e nacionais e ignorando os interesses e necessidades da maioria da população. Construimos um país que só obteve êxito do ponto de vista do capital.

Durante décadas, crescemos mais do que todos, ora com democracia formal, ora com ditadura, mas nunca com democracia de massas. Essa situação tem de mudar, sob pena de não haver destino para a maioria da população brasileira.

A União do Povo-Muda Brasil tem um projeto nacional afirmativo claramente identificado com os interesses do povo brasileiro. Quaisquer que sejam as turbulências internacionais que nos atinjam, temos condições objetivas de levá-lo adiante, desde que se atue com determinação, utilizando os recursos primordialmente para melhorar a situação dos de baixo.

O Brasil é um país continental, tem potencialidades de desenvolvimento, tem condições objetivas que independem do capital especulativo, que independem da globalização. Tem condições de dar alimentação, vestuário, calçado, escola e um mínimo de saúde e seguridade social à sua população.

Não podemos mais delegar os destinos do país às tradicionais elites nacionais ou internacionais.

Desta vez, o Povo tem que fazer a Nação, votando em Lula e nos demais candidatos populares.

Fonte: *PT Notícias*, n. 68, 23-30 de ago. 1998, p. 2. Acervo do CSBH-FPA.

z) O PT E AS PRIVATIZAÇÕES

Arlindo Chinaglia é deputado federal (SP) e secretário geral nacional do PT

As privatizações tem representado um enorme processo de transferência de renda do setor público para o setor privado. Os preços de venda foram aviltantes, muitas vezes financiados com recursos públicos. Seus benefícios para o propalado crescimento da economia são inexistentes, e não produziu nenhum resultado no abatimento das dívidas interna e externa.

Dados recentes do Banco Central dão conta que, entre 1991 e 1999, o Brasil arrecadou com a venda de empresas estaduais e da União 88,3 bilhões de dólares (172,7 bilhões de reais). Só de julho de 1998 a julho de 1999, o total de gastos com juros da dívida pública foi de 66 bilhões de dólares (129,1 bilhões de reais).

Em apenas um ano, foi gasto com juros cerca de 80% do arrecado em oito anos de privatizações.

A opinião pública começa a mudar sensivelmente em relação às privatizações, em razão da degradação da qualidade dos serviços, aumento brutal das diversas tarifas, como também pela cada vez mais evidente perda de soberania e desnacionalização da economia (com consequências negativas diretas sobre o emprego e produção).

A recente privatização da Cesp-Tietê¹, em São Paulo, é mais um exemplo gritante nesse processo de desnacionalização, realizada ainda com recursos do BNDES. O fato, na verdade, já havia se repetido em diversas outras privatizações, principalmente de elétricas, mas acabou ganhando grande repercussão devido aos protestos de parte do empresariado nacional. O BNDES não impõe qualquer condição de proteção aos postos de trabalho das empresas, e acaba sendo, em essência, um financiador do desemprego no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores deve reafirmar, ideológica e economicamente, sua posição contrária à privatização das empresas estatais, desenvolvendo as lutas sociais e institucionais necessárias para impedir a venda dessas empresas. O PT deve defender a reestatização das ex-estatais prestadoras de serviços públicos considerados essenciais à vida e ao desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro, notadamente telecomunicações e setor de energia. O PT deve, ainda, propor permanentemente mecanismos que garantam a transparência e o efetivo controle da sociedade sobre as empresas, transformando-as verdadeiramente em empresas públicas. No âmbito de seus governos – e daqueles nos quais o PT participe em alianças – deverão ser suspensas todas as privatizações em curso. As privatizações já realizadas deverão ser auditadas rigorosamente, avaliando-se inclusive as condições de venda, fornecimento dos serviços, contratos de concessão e, também, os aspectos éticos que envolveram a aprovação da venda de cada empresa estatal. A partir dos resultados dessas autorias, os governos devem buscar mecanismos institucionais e com ampla consulta popular – nos quais o PT defenderá sua posição – para definir a solução necessária para cada caso.

As agências reguladoras nacionais são experiências embrionárias mas os limites de seu papel, os vícios e desvios na composição de seus dirigentes e o que vem sendo a atuação dessas agências nos diversos eventos não as credenciam para exercer um papel relevante na regulação dos serviços públicos. Nossa opinião é de que o PT

deve realizar uma conferência de trabalhadores e estudiosos das áreas envolvidas, buscando uma definição política consistente a respeito de como tratar a questão das agências reguladoras.

Fonte: *PT Notícias*, n. 86, nov. 1999, p. 5. Acervo do CSBH-FPA

NOTAS

1. Companhia Energética de São Paulo –Tietê (Cesp-Tietê) – Em 5 de dezembro de 1966, cinco companhias estaduais (Usinas Elétricas do Paranapanema – Uselpa; Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo – CHERP; Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. – Celusa; Companhia Melhoramentos de Paraibuna – Comepa e Bandeirante de Eletricidade S.A. – Belsa) fundem-se a outras seis empresas privadas (S.A. Central Elétrica Rio Claro – Saserc e suas associadas Empresa Luz e Força de Mogi Mirim S.A., Companhia Luz e Força de Jacutinga S.A. e Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu S.A., Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S.A. e da Companhia Luz e Força de Tatuí, ambas controladas pela Belsa) dando origem à Cesp. Em 1999, a empresa passa por um processo de privatização quanto à sua participação na Companhia de Gás de São Paulo – Comgás. Depois disso, a empresa passa por uma cisão parcial. Dessa cisão, duas empresas de geração de energia foram privatizadas: a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema S.A., atualmente Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, hoje AES Tietê. (N.E.)

aa) FHC: O SOCIÓLOGO QUER TRATAR QUESTÕES SOCIAIS COMO CASO DE POLÍCIA

José Dirceu, presidente nacional do PT

Chama-nos a atenção a sequência de ilegalidades e violências praticadas por ordem de FHC. Desde o espetáculo de violência de Coroa Vermelha para cá, a truculência protagonizada pelo governo federal não parou mais.

Já naquele momento, FHC tentava criminalizar o MST, com a operação “mentira” – desmascarada depois – que envolveu inclusive o cerceamento e a repressão à imprensa e a montagem de versões, como a de que os pataxós de Coroa Vermelha exigiram a ação policial, porque suas terras foram invadidas e índios agredidos. Fato que já mostrava um triste episódio que retoma o pior da política de cooptação, infiltração e divisionismo entre os índios, de parte de organismos de inteligência do governo federal e da P-2 da PM baiana.

A investida de FHC contra o MST estava só começando e culminou com a violenta repressão aos trabalhadores rurais sem terra e a morte do agricultor Antonio Tavares Pereira, assassinado pela polícia no Paraná.

O presidente FHC passa, então, a tratar as questões sociais como caso de polícia e inicia uma fase de repressão sem paralelos nos últimos 20 anos. Mais grave é a tentativa do governo de isolar o MST e derrotá-lo, a exemplo da greve dos [sic] petroleiros em 1995, que fica evidenciada no tratamento diferente do governo ao negociar com os caminhoneiros na presença dos ministros da Justiça, Trabalho, Previdência e dos Transportes, além do Secretário Geral da Presidência e ao se recusar a colocar o ministro da Fazenda ou o chefe da Casa Civil para negociar com o MST.

Mas FHC não parou por aí, colocou a Polícia Federal para reprimir – PF que mal consegue cuidar das fronteiras do país ou conter o narcotráfico exatamente porque o governo não lhe destina recursos – e prendeu trabalhadores sem-terra, tentando transformar manifestantes de movimentos sociais em presos políticos.

A verdade é que a oposição ao governo FHC cresce e também a insatisfação popular, expressa nos atos públicos dos Outros 500, 1º de Maio, greve de funcionários públicos, ocupações da Contag¹, MST e MLST² e a greve dos caminhoneiros.

O objetivo do governo é impedir, pela repressão e criminalização, as manifestações sociais de repúdio à sua política econômica e suas consequências; desemprego arrocho [sic] e aumento da miséria e a criminalidade.

Reafirmamos nosso apoio à luta pela reforma agrária e nossa solidariedade ao MST, Contag, CUT, MLST que estão à frente desta luta e não vacilaremos em denunciar e nos opor nas ruas e no Congresso Nacional a este verdadeiro retrocesso político encampado por FHC.

O governo brasileiro está caminhando para o autoritarismo. A volta da Lei de Segurança Nacional³, da censura aos meios de comunicação – práticas comuns nos tempos da ditadura militar – e os plenos poderes do general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que reorganiza à luz do dia o antigo SNI, são exemplos da escalada autoritária de FHC.

Junto com o deputado Milton Temer⁴, dei entrada no Supremo Tribunal Federal de “Notícia Crime” contra o ministro da Secretaria de Comunicação de Governo, Andrea Matarazzo⁵, para que o Ministério Público apure responsabilidades pela intervenção de Matarazzo no programa “Opinião Brasil”. Na semana passada, o ministro proibiu que a TV Educativa, ligada ao governo federal, veiculasse uma entrevista com João Pedro Stédile⁶, um dos coordenadores nacionais do MST. De tão absurdo e inconcebível, a censura rendeu ao Presidente severas críticas inclusive da parte de seus aliados.

É preciso que todo esse quadro montado por FHC fortaleça a resistência e a luta para que não haja retrocesso.

E no momento em que o governo anuncia medidas de repressão ao movimento social e cria o Dops da terra, manifestantes do ato pelo salário-mínimo e integrantes da Contag dão o exemplo em Brasília. Na luta pelo mínimo, o teatro montado pelo governo, o PFL e a coalizão conservadora que o sustenta e os favorecimentos, para no final aprovar o mínimo de R\$ 151, reafirmam sua política econômica de exclusão para o povo e servil para as elites, refém dos bancos internacionais e des preocupada com as desigualdades.

Os problemas sociais são consequências do atual modelo econômico, a luta social é o caminho para aqueles que se opõem ao neoliberalismo e à insensibilidade do atual governo. Vamos derrotá-lo nas ruas e nas urnas, criando uma alternativa real de governo, com amplo apoio social para defender o Brasil, mudar o modelo econômico e resgatar nosso povo da miséria e do desemprego.

A hora é de luta e unidade contra FHC.

Fonte: *PT Notícias*, n. 90, abr. 2000, p. 2. Acervo do CSBH-FPA

NOTAS

1. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Fundada em 1964, conta, atualmente, com 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados. Essa confederação compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Suas pautas de luta estão voltadas para a conquista e ampliação dos direitos dos trabalhadores do campo e da floresta e para a reforma agrária. (N.E.)

2. Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), criado em 1994, composto por acampamentos em seis estados – Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Sua tática de atuação é a de estabelecimento de assentamentos em terras improdutivas. Sua principal bandeira é a da Reforma Agrária. (N.E.)

3. Lei de Segurança Nacional (LSN). Em 1935, no governo de Getúlio Vargas, foi sancionado o primeiro dispositivo legal deste tipo no Brasil, que destacava um conjunto especial de leis para os chamados crimes políticos ou contra a Segurança do Estado. A esta primeira lei associou-se um conjunto de outras que permitiu um enorme poder de arbítrio utilizado naquela época. Em 1953 surgiu uma nova lei, mais adequada ao período de normalidade constitucional, que se seguiu após 1945. Mas o governo

militar instaurado em 1964 alterou este quadro, e a partir de 1965 introduziu sucessivas mudanças que a transformaram em um dispositivo discricionário próprio de uma ditadura, incorporando a ela a chamada doutrina de segurança nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra, sob inspiração norte-americana. (N.E.)

4. Jorge Milton Temer (1938). Foi oficial da Marinha do Brasil (1959), e primeiro-tenente (1964). Cassado pelo regime militar, iniciou sua vida partidária no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1966. Em 1989, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e atualmente é membro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). (N.E.)

5. Ângelo Andrea Matarazzo (1956). Membro da família ítalo-paulista Matarazzo, é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi secretário estadual de energia e presidente da Companhia Energética de São Paulo (CESP) no período do governo Mário Covas, no estado de São Paulo. Também foi membro dos conselhos de Desestatização do estado de São Paulo. Entre os anos de 1999 e 2001, exerceu o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. (N.E.)

6. João Pedro Stédile (1953). Economista, pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México, fundador e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de cooperar com a Via Campesina Brasil. Também fez trabalhos de assessoramento para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado do Rio Grande do Sul, e, também, em contexto nacional. Exerceu o cargo de secretário da Agricultura do estado do Rio Grande do Sul. (N.E.)